



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 04/IX-4º/2008

1 - Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, pelas 21H15, nas instalações da Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sita na Av.^a da Liberdade, 20, na Trafaria, realizou-se a Terceira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, referente ao mês de Dezembro, com a seguinte agenda:-----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia-----

2 - Período de Intervenção dos Cidadãos-----

3 - Período da Ordem do Dia (continuação)-----

.....

3.4 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:-----

3.4.1 - "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2009" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2009";-----

3.4.2 - "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2009" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2009".-----

2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----

3 – Estiveram presentes quarenta e três eleitos na reunião, (faltou à reunião o Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes).-----

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Sérgio Neves Correia Taipas; Maria Luísa Monteiro Ramos; Bruno Ramos Dias; José Luís Abreu Leitão; Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; José Gabriel Guiomar Joaquim; Paula Cristina Loureiro Coelho; Maria da Graça Contreiras de Matos Mascarenhas Pessoa; Ruben José de Almeida Martins Raposo; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Amadeu Dinis Vaz; Caetano da Conceição Rolo; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Domingos José Soares de Almeida Lima; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; Miguel Ângelo Moura Salvado; Helena Maria Gomes de Oliveira; Luís Filipe da Cruz Pereira; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; José Manuel Pereira; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; Maria Manuela Batista C. S. Lopes; Francisca Luís Baptista Parreira; Vitor Manuel dos Santos Castanheira e Inês Sofia Sanches Alexandre.-----

4 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 4.1 – O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----
- A Sr.ª Deputada Municipal Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato, com Ausência no dia 22 de Dezembro de 2008, (**Conforme ANEXO I**).-----
 - O Sr. Deputado Municipal André Vieira Pinharanda Delgado, com Ausência no dia 22 de Dezembro de 2008, (**Conforme ANEXO II**).-----
 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria José Bruno Esteves, com Ausência no dia 22 de Dezembro de 2008, (**Conforme ANEXO III**).-----
 - O Sr. Deputado Municipal António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com Ausência no dia 22 de Dezembro de 2008, (**Conforme ANEXO IV**).-----
- 4.2 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----
- O Candidato Exm.º Sr. José João Santos da Mata, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.ª Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato, e por impedimento do cidadão Sr. Vitor Telmo Moreira Gonçalves, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS V e VI**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Carlos Alexandre Melo Ohen, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. André Vieira Pinharanda Delgado e por impedimento dos cidadãos Sr. Vitor Manuel Gomes da Fonseca, Sr. Pedro Santos Maia, Sr. Álvaro Maurício Pinto dos Santos, Sr.ª Anabela de Matos Tavares Raposo, do Sr. Vitor Manuel Ribeiro Matos e do Sr. Alain Magalhães Pereira (PEV) , (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS VII, VIII, IX, X, XI e XII**).-----
 - A Candidata Exm.ª Sr.ª Laura Valadas Davide, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.ª Maria José Bruno Esteves e por impedimento do cidadão Sr. Quitério Reis Pereira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XIII e XIV**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Vasco Manuel Gonçalves Martins, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO XV**).--



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 4.3 – O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia da Caparica, da Charneca de Caparica, da Costa de Caparica e do Laranjeiro em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento os Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, o Sr. João Paulo Santos Correia Oliveira, o Sr. Manuel Passos Pacheco Simões, o Sr. Manuel José Basto Pereira da Fonseca e a Sr.ª Mara Andreia Gonçalves Figueiredo, respectivamente, (**Conforme ANEXOS XVI, XVII, XVIII e XIX**).-----
- 4.4 – Foram submetidas à apreciação da Assembleia as Actas N.ºs 13/IX-3º/2008; 14/IX-3º/2008 e 15/IX-3º/2008 e as Minutas das Actas N.ºs 13/IX-3º/2008; 14/IX-3º/2008 e 15/IX-3º/2008 e não havendo pedidos de palavra após verificação do quórum procedeu-se à votação, foram respectivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade.-----
- 5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----
- 5.1 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Gualter Barbas Baptista, morador na Av.ª D. Afonso Henriques, nº 11 1º Drt. - 2800-011 Almada.-----
- 5.1.1 - O Exm.º Senhor Município Gualter Barbas Baptista:-----
"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----
Eu queria em primeiro lugar felicitar o Município de Almada, seja na figura da Câmara Municipal que está aqui representada pela Sr.ª Presidente, pelo facto de ter trazido até Almada um novo conceito de Mobilidade particularmente pelo Metro Sul do Tejo, mas também pela criação de zonas pedonais numa daquelas que era uma das artérias mais problemáticas da Cidade de Almada. A razão que me traz aqui é precisamente essa zona pedonal um pouco acima da Praça Gil Vicente e a Praça São João Baptista.-----
Eu sou morador na Av.ª D. Afonso Henrique portanto ligeiramente abaixo do início da zona pedonal e tenho verificado que infelizmente a zona pedonal ainda não é uma zona pedonal. Isto é, continuam a circular por lá vários automóveis, bastantes, eu diria demasiados para uma zona pedonal. Temos que criar condições para que as pessoas possam circular e não tenham que estar constantemente a olhar de um lado para o outro. É o que se verifica é que as pessoas nem sequer andam na zona pedonal, apenas utilizam os passeios como se fosse uma zona normal de circulação de automóveis e de autocarros.-----
Eu, nas últimas semanas juntamente com a minha companheira tenho estado a tentar perceber qual é o problema desta zona pedonal, então já contactei vários Órgãos Autárquicos, já contactei a Polícia, já contactei a ECALMA e encontrei vários problemas, um deles prende-se com a falta de fiscalização. A única Polícia que existe para fiscalizar a zona pedonal está na



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

zona inferior dessa zona pedonal, portanto mais próximo de Cacilhas e só está lá por acaso porque o Metro Sul do Tejo a contratou para estar lá enquanto não existe sinalização luminosa. Ou seja, esta Polícia embora faça uma função de fiscalização, o que nos foi dito pela Polícia é que eles só estão lá para assegurar que não há acidentes com o Metro. Na zona de cima não existe qualquer fiscalização ou seja, os automóveis com ou sem autorização atravessam a zona pedonal sem que nenhuma pena lhes seja aplicada. Isto aplica-se quer do ponto de vista da circulação, quer do ponto de vista do estacionamento. Há carros estacionados na zona pedonal, nos passeios ou fora deles de dia e de noite, sendo que à noite o problema é mais grave porque a ECALMA não tem pessoas a fiscalizar a partir das oito da noite. Segundo eles dizem também. E portanto obviamente isto não configura naturalmente uma zona pedonal.-----

O segundo problema a meu ver prende-se com um excesso de veículos autorizados ou seja, além daqueles veículos que circulam obviamente de forma ilegal na zona pedonal existe um problema que é o excesso de autorização. Falando com a Divisão de Transito da Câmara de Almada fiquei a perceber que existe autorização por exemplo para os pais que vão buscar as crianças ao Externato Frei Luís de Sousa.-----

Ora isto são algumas centenas de pais que três vezes por dia, em três períodos do dia em que as crianças saem da Escola, estão constantemente a circular pela zona pedonal e a estacionar na zona pedonal mesmo em frente à escola, eu diria que isto se não é antipedagógico não sei o que é, inclusivamente para as crianças que vêem a sua qualidade de vida deteriorada porque há alguns pais que insistem em estacionar o carro mesmo em frente à escola e prejudicando naturalmente a qualidade do ar, a segurança daqueles estudantes que ainda circulam pela zona pedonal, que vão apanhar o Metro ou que se deslocam para fora da zona pedonal para serem recolhidos, portanto não compreendo porque é que tal como estava previsto inicialmente pelo menos segundo a Divisão de Trânsito também informou, os pais não podem recolher as crianças nas traseiras da Escola.-----

Depois existe um problema também da parte dos moradores terem que estacionar os seus carros à porta, e isto leva à questão que a partir das oito da noite, toda a zona pedonal de Almada está preenchida com automóveis estacionados, das mais diversas maneiras, que inclusivamente dificultam a circulação em passeios tão largos como os da zona de Almada.-----

O terceiro problema prende-se com os autocarros, que sendo um transporte público são naturalmente um transporte desadequado para circular numa zona pedonal. Eu não sei se é verdade ou não, mas tinha ouvido dizer que os autocarros iam passar a ter um trajecto diferente. Eu compreendo que seja complicado dadas as limitações das outras artérias para a circulação de autocarros. Mas penso que se queremos de facto defender a existência de uma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

zona pedonal que beneficia de forma muito significativa a qualidade de vida dos moradores da zona central de Almada, e inclusivamente de outros frequentadores desta zona como seja os reformados que durante todo o dia ocupam a zona pedonal, eu acho que temos que pensar em fiscalizar mais, em reduzir o número de autorizações e limitá-las a casos excepcionais de pessoas que tenham de facto problemas de mobilidade e que tenham que ser recolhidas à sua porta e de pensar como os autocarros podem sair desta zona pedonal.-----

Eu sei que certamente há muitas pressões daqueles que querem estacionar o carro à porta de sua casa, mas temos que ver que normalmente são essas as pessoas que têm mais voz e que são aquelas que são capazes de incomodar mais os Órgãos de Poder. Aquelas pessoas que não têm voz que são os reformados, mas que frequentam no dia a dia a zona pedonal de Almada, essas normalmente não vêm aqui falar. E essas, os reformados, as crianças, os jovens que frequentam as Escolas, essas é que devemos defender com uma defesa a sério de uma zona pedonal em que não circulem de facto automóveis."-----

5.2 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Alberto Coração Paiva Inácio, morador na Av.ª 25 de Abril de 1974 - Lote 5 1º Esq. - 2825-893 Trafaria.-----

5.2.1 - O Exm.º Senhor Município Alberto Coração Paiva Inácio:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Começo por falar na Ciclovía da Trafaria, que como a Sr.ª Presidente conhece a minha opinião, estou totalmente em desacordo e passo a explicar. A coordenação das obras e a desconexão embora como a Sr.ª Presidente respondeu no primeiro dia a alguém que havia fiscais é a mesma e de tal maneira desconexa que primeiro parte-se tudo, depois as primeiras coisas a arranjar é fora da Vila ou onde não há moradores, o que causou e causa bastantes inconvenientes. Finalmente lá se arranjou à mesma, mas como há fiscais, ou muito me engano ou o que foi feito em frente aos prédios da Av.ª 25 de Abril, na Agência do BPI até ao 44 da mesma artéria, terá que ser todo reparado ou feito de novo. Pois mais parece uma praia do que uma Ciclovía, mas como já chega de Ciclovía vamos aos transtornos que a mesma faz. O estacionamento em frente aos prédios citados é por enquanto ainda e ainda por enquanto temos o beneplácito da GNR que nos deixa estacionar em cima do passeio contrário, mas não sei até quando. Portanto sugeria que a Câmara limpasse as traseiras dos prédios citados para que nas mesmas se pudesse estacionar, pois foi possível lá fazer um estaleiro para as obras da Ciclovía, também agora serviria para que se estacionasse sem perigo de multas. Vou falar novamente do descalbro das barracas feitas à revelia da Câmara Municipal, apesar de como disse a Sr.ª Presidente haver fiscais para as obras e barracas clandestinas. Este esclarecimento já tem barbas maiores que as do Pai Natal. E o Vereador José Gonçalves deve



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

lembrar-se bem deles pois já foi alertado há muitos anos para o mesmo. Ainda na altura era vereador na parte, em Vale Figueira. Dizem que daí a um ano aquilo estava resolvido e parece que já vai uns sete ou oito. A limpeza dos contentores do lixo, nunca os vi lavar, também as Ruas, Avenidas e Estradas ou tenho a memória, devido à idade deteriorada ou então está boa e não vi mesmo serem lavados.-----

A Avenida 25 de Abril e não só está constantemente esburacada e deixamos de ter buracos para termos saliências com os montes de alcatrão que se põe no pavimento para reparar os mesmos.-----

Para terminar gostaria de falar das lombas que foram agora feitas que no lugar de evitar acidentes mais os provoca. A Vila da Trafaria penso que vai deixar esse nome, proponho que se passe a chamar Vila das Lombas, pois mesmas são algumas e sem explicações."-----

5.3 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Aníbal Ferreira, morador na Rua S. Pedro da Caparica - Pêra de Baixo - 2825 Trafaria.-----

5.3.1 - O Exm.º Senhor Município Aníbal Ferreira:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Primeiro, venho mais uma vez junto da Sr.ª Presidente da Câmara, junto do Sr. Vereador do Pelouro, apresentar o seguinte tema: a zona de Pêra necessita de uma intervenção nos vários domínios, a fim de melhorar a qualidade de vida da população residente.-----

Segundo repor os acessos que foram retirados à data da construção do Nó de Pêra.-----

Terceiro, as Ruas a seguir mencionadas necessitam de receber um tapete de alcatrão. O citado piso encontra-se bastante danificado, situação que se fez sentir a partir da colocação dos adutores de esgotos nas valas efectuadas para o efeito, são as seguintes: Rua Capitão Leitão; Rua Salgueiro Maia; Rua do Moinho; Rua Sem Nome; Rua Dr. José Pedroso; Rua Vasco da Gama; Rua São Pedro da Caparica; Rua Luís da Camões; Rua do Bocage; Travessa Sem Nome e outras.-----

Quarto; também no aspecto de transportes públicos a população de Pêra, é faminta. Há muito que os ditos idosos e crianças que se deslocam diariamente para Costas de Cão a fim de apanhar um transporte, vêm reivindicando transportes a circularem por Pêra, mas sem sucesso.-----

Mais uma vez solicitamos à Sr.ª Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador do Pelouro a concretização deste anseio, à semelhança do que foi feito noutras localidades da Freguesia da Trafaria.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Quinto, a população de Pêra continua a aguardar solução viável na protecção das barreiras de entrada de Pêra pelo Nó. Se de futuro as condições climatéricas trouxerem muita chuva pode-se dar um aluimento de terras com consequências irreparáveis.-----

Sexto, se a urbanização da Quinta de Braz e simultaneamente a Quinta do Simões passasse do papel à prática seria sem dúvida uma mais valia para a população de Pêra. A construção civil ia criar alguns postos de trabalho temporário, a pequena actividade comercial também seria beneficiada com o citado desenvolvimento, seriam todos beneficiados.-----

Também temos aqui um caminho de acesso directo, quem vem de Pêra passando pelo Poço Torno que se dirige à Trafaria, que se recebesse uma requalificação que penso que não ficaria muito dispendiosa para a Câmara, que é a parte do Pinhal, é que é a que está em pior estado de conservação, muito iria beneficiar também aquela população, para além disso no próprio Poço Torno existem ali pessoas de fracos recursos que têm uma grande dificuldade à noite principalmente, em dirigir-se para a Trafaria. Apesar daquela parte já ter luz, mas o piso está péssimo. Estes são os pontos essenciais que têm sido reivindicados mais algumas vezes, agora isto ficará à consideração da Sr.^a Presidente a Câmara e sua Vereação para apreciação."-----

5.4 – Usou da palavra em resposta aos Srs. Múncipes, os Srs. Vereadores José Gonçalves; Nuno Vitorino - Presidente do Conselho de Administração dos SMAS e a Sr.^a Presidente da Câmara.---

5.4.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

A questão colocada pelo Sr. Gualter Baptista, queria agradecer a sua intervenção e no essencial partilhar o mesmo objectivo que aqui o trouxe que é da consagração no Centro da nossa Cidade, na Cidade de Almada de uma zona pedonal e também partilhar connosco que naturalmente este momento é um momento ainda de adaptação da própria Cidade e dos utentes da Cidade, novas regras que são de facto uma inovação na forma de viver a nossa Cidade. E portanto nós vivemos um momento de adaptação, um momento em que apostamos na informação, na divulgação das regras, dar a conhecer a todos os tipos de utentes as responsabilidades de cada um, colocar naturalmente informação, a do Código da Estrada, a sinalética que nos obriga a todos enquanto condutores a cumprir independentemente de lá ter um Polícia ou não ter um Polícia, há proibições de circulação, são visíveis, devem ser cumpridas e nalguns casos acrescentar ainda mais alguma fiscalização. É o momento que vivemos, de informação e adaptação. Há de facto sinalética suficiente para se compreender que estamos a entrar numa zona pedonal e só o podemos fazer se estivermos devidamente autorizados para esse efeito. As excepções estão devidamente identificadas em Regulamento



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Municipal que foi aprovado por esta Assembleia Municipal, são naturalmente do conhecimento das duas entidades fiscalizadoras, a Polícia de Segurança Pública e a empresa ECALMA. E temos feito de facto um grande esforço no sentido de dar a conhecer a todos os potenciais utilizadores essas regras. Queria também identificar que relativamente às exceções há um conceito que é o conceito de quem tenha garagem na zona pedonal poder aceder com o veículo para o interior dessa garagem. Ora, o Externato Frei Luís de Sousa tem um espaço de estacionamento interno e o que está devidamente articulado com o Externato e o que está consagrado é que todos os veículos mesmo tendo cartão de acesso ao Externato estão proibidos de parar ou estacionar na zona pedonal, só podem circular no lado sul, circular no lado de acesso ao parque interno do Externato não o podendo fazer no exterior do Externato. Portanto, sempre que estiverem no exterior do Externato estão em infracção como qualquer outro utente, isso é desde logo do conhecimento de todos os que têm cartão de acesso ao Externato Frei Luís de Sousa. Ainda hoje estivemos a discutir a necessidade de articulação, continuar a articulação das duas entidades fiscalizadoras no sentido de naturalmente fazer um percurso de afirmação também das regras. Mas é um caminho. Eu penso que estamos a fazer progressos, mas levará com certeza mais algum tempo até conseguirmos um bom resultado.--- relativamente aos Autocarros queria dizer que nós temos um trabalho em desenvolvimento com o Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, houve adaptação de autocarros que no início passavam pela zona central da Cidade, o eixo central atravessando a zona pedonal, houve uma redução, não houve condição de retirar quatro carreiras que foram consideradas estruturantes para os próprios Operadores de Transportes e há um trabalho em desenvolvimento. Vamos ponderar, estamos a fazer contagens, estamos a fazer verificação de incompatibilidades de circulação dos autocarros com os peões e eu fico naturalmente muito contente quando vejo cidadãos a virem publicamente defender a zona pedonal e defender o cumprimento das regras."-----

5.4.2 - O Sr. Vereador Nuno Vitorino - Presidente do Conselho de Administração dos SMAS:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----
Só uma nota relativamente à questão que nos trouxe o Sr. Aníbal Ferreira. Aquilo que eu gostava de dar nota é que como eu julgo que terá presente, os SMAS de Almada desenvolveram uma empreitada de Saneamento em Pêra, já faz um número muito significativo de anos, não sou capaz de precisar agora quantos, mas com certeza uns cinco ou seis, alguma coisa dentro disto. Nessa altura as Valas que naturalmente resultam da infra-estruturação foram devidamente pavimentadas, lembro que a zona de Pêra ainda tem um espaço considerável de AUGI e naturalmente é dentro de toda esta complexidade que se faz o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

acompanhamento conjuntamente com a Câmara Municipal da pavimentação a que se referiu. Portanto, penso que oportunamente a Câmara Municipal desenvolverá as necessárias obras de recuperação do pavimento a que se referiu."-----

5.4.3 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Obrigada pelas questões aqui trazidas e sobretudo por nesta noite de frio terem deixado o conforto das vossas casas e virem até à Assembleia Municipal colocar as vossas preocupações. São ajudas, é nesse sentido que entendemos as vossas intervenções, as chamadas de atenção. O Vereador José Gonçalves já deu nota relativamente às questões relacionadas com o Metro Sul do Tejo, é um processo que vamos continuar a acompanhar, ainda não está tudo resolvido conforme muito bem aqui foi sendo referido, mas o objectivo é que a zona pedonal seja mesmo e absolutamente pedonal e que de uma forma, enfim também persuasiva e de ganhar as pessoas progressivamente este processo venha a ser cada vez mais ganhador para todos.-----

Queria deixar nota em relação às questões trazidas sobre a Trafaria em concreto sobre Pêra, que em relação à Ciclovía eu respeito muito o ponto de vista de cada um, naturalmente há quem goste da Ciclovía, há quem não goste, há quem ande de bicicleta, mas até aí tudo bem, mas o que não pode haver é obras que prejudiquem as pessoas, obras mal feitas, obras inacabadas. Portanto no seguimento da reunião que aqui fizemos a semana passada foram dadas indicações aos serviços para uma superior vigilância sobre esta obra, e portanto o que se deseja é que da parte naturalmente dos próprios empreiteiros de quem está a fazer a obra, tudo seja resolvido e que haja rapidamente o solucionar de todos os problemas para que as populações não sejam prejudicadas, essa é a questão principal.-----

Depois, há aqui uma sugestão relativamente às traseiras dos prédios onde está o estaleiro das obras, portanto o Sr. Vereador Rui Jorge está aqui esta noite, no outro dia teve que se ausentar por compromissos também da sua função e naturalmente que enquanto responsável por esta área também não deixará de avaliar e equacionar as questões trazidas os aspectos da limpeza são sempre recorrentes, sabemos que a limpeza é um problema constante, nunca está tudo resolvido, nunca está de acordo com o nosso desejo, e portanto os alertas servem também para reforçar a vigilância dar indicações redobradas aos responsáveis dos serviços para que estejam atentos e redobrem a sua intervenção.-----

Em relação a questões como as lombas o que se passa é que esta solução é uma boa solução porque abranda a velocidade dos carros, protege as pessoas, é essa a leitura que se faz, é essa avaliação que tem vindo a ser feita, é importante que haja cada vez mais um espaço



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

público onde as pessoas se sintam protegidas, onde o carro seja domado, onde pode circular mas onde deve circular a uma velocidade compatível com a utilização pelas pessoas por parte do espaço público, vamos acompanhar, não queremos naturalmente criar problemas, queremos resolver problemas, mas é preciso estar também atentos e vamos estar às preocupações de cada Múncipe que nos traz os seus pontos de vista e as suas chamadas de atenção.-----

Em relação a Pêra, tomamos aqui boa nota de um conjunto de preocupações que nos foram transmitidos, houve de facto obras, em Pêra, de saneamento básico, foi muito importante porque havia ali um problema sério colocado recorrentemente pela população, quero dizer que então esses problemas foram ultrapassados, foram resolvidos, agora parece que há outras questões para resolver, para ultrapassar. Da parte do Sr. Presidente dos SMAS foi feita a intervenção que tivemos ocasião de ouvir, mas temos aqui os SMAS e as Obras Municipais e veremos em conjunto que tipo de questões é que ali se colocam.-----

Depois há uma questão que tem a ver com os transportes públicos, a Assembleia Municipal tomou uma decisão na última Sessão da Assembleia sobre os transportes públicos em geral, portanto é um problema de Pêra, é um problema da Charneca, da Sobreda, do Caramujo, da Romeira, enfim de várias áreas do nosso Concelho. Foi um assunto aqui debatido e por unanimidade os Deputados Municipais tomaram uma decisão que naturalmente será enviada aos responsáveis das diferentes áreas e todos queremos contribuir para que este problema que existe no nosso Concelho possa ser diminuído no mais curto prazo possível porque é de facto um problema que prejudica bastante as nossas populações.-----

Relativamente à questão Pêra, Poço Torno esta ligação é de facto uma ligação rústica, há aqui o troço do IC 32 entre a Via Rápida da Costa e a Trafaria, também tem demorado muito, tem criado problemas relativamente às outras ligações e a outras soluções, mas é de facto um caminho rústico. Será possível desde que seja autorizado alguma regularização de modo a que por ventura alguns problemas que possam ali existir e que dificultem o acesso pedonal das pessoas porque é um caminho mais curto, se possa ver o que fazer. O Vereador Rui Jorge também não deixará de avaliar esta questão.-----

Urbanizações. As urbanizações não acontecem quando nós queremos, os processos de urbanização são processos muito exigentes, são processos que têm que ser decididos em função do Plano Director Municipal, de instrumentos de gestão territorial e não são processos simples. Qualquer processo de urbanização, muitas vezes o cidadão pode pensar que de facto dava mesmo jeito, era tão bom, já resolvia "n" problemas, mas não são processos lineares, são



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

exigentes, têm que cumprir os instrumentos de gestão territorial, mas se for possível do ponto de vista dos Planos, certamente que um dia as urbanizações de que falou poderão ter lugar.----
Vamos iniciar a Revisão do Plano Director Municipal, também do ponto de vista formal tudo será também repensado, reavaliado, reacertado e vamos ver se o que está se mantém, se o que está é alterado. É um processo que temos também em mãos e que irá fazer também o seu caminho e sempre e sempre com a participação das populações.-----
De qualquer modo muito obrigada por nos trazerem os vossos contributos e desejos. A todos um Bom Natal e um Bom Ano, porque entretanto poderão ter que sair e não queria deixar de vos transmitir também os melhores Votos de Boas Festas."-----

5.5 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para um esclarecimento sobre o relatório do Estatuto do Direito de Oposição.-----

5.5.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais:-----

Permitia-me chamar a atenção dos Srs. Deputados Municipais e em particular o Grupo Municipal do Partido Socialista que colocou através do Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes, a questão de que a Assembleia Municipal já teria recebido o Relatório relativamente ao Estatuto do Direito de Oposição.-----

Informar que se não recebeu nem tinha que receber. No quadro da Lei 24/98, de 26 de Maio que aprova o Estatuto do Direito de Oposição, os titulares do Direito de Oposição, isto relativamente à titularidade do Direito de Oposição são os Partidos Políticos representados nos Órgãos Deliberativos das Autarquias Locais e que não estejam representados no correspondente Órgão Executivo.-----

Depois há uma lógica mais restrita do Direito à Oposição e que diz que os Partidos Políticos representados nos Órgãos Deliberativos das Autarquias e que não façam parte dos correspondentes Órgãos Executivos, ou que neles não assumam Pelouros, poderes ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas têm o direito a ser ouvidos sobre as Propostas dos respectivos Orçamentos e Planos de Actividade. É aqui que está neste momento o Direito à Oposição no quadro do nosso Município e da Assembleia Municipal que contempla o PS.-----

Relativamente aos relatórios de avaliação o que diz é que os Órgãos das Autarquias Locais elaboram até fim de Março do ano subsequente àquele que se refiram, Relatórios de Avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente Lei. E esses Relatórios são enviados aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre eles se pronunciem. Depois e a pedido de qualquer um dos titulares mencionados no número anterior



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

podem os respectivos relatórios e respostas ser objecto de discussão públicos na correspondente Assembleia. Assim os Relatórios serão enviados aos Partidos Políticos aqui representados, neste caso relativamente à consulta que foi feita para o Plano de Actividades e Orçamento, até Março do ano seguinte."-----

6 – Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----

6.1 - Foi deliberado por unanimidade a alteração à ordem de trabalhos, através do aditamento de um novo ponto:-----

3 - Período da Ordem do Dia -----

...

3.5 - Alteração dos estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal - AMRS.-----

6.2 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N^{os} 87/IX e 88/IX de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em Reunião Camarária de 28/11/2008, sobre "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2009" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2009" e "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2009" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2009", (**Conforme ANEXOS XX e XXI**).-----

6.2.1 – Usaram da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara e o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - Vereador Nuno Vitorino, para apresentarem as respectivas Propostas.-----

6.2.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Nós temos em mãos uma proposta de Plano e Orçamento cujas Opções para 2009 se dividem em quatro grandes áreas. A primeira das Opções deste Plano tem em vista assegurar todas as actividades, todos os projectos, todo o funcionamento dos equipamentos que o nosso Município tem vindo a criar como oferta regular à nossa população desde há vários anos a esta parte. Nenhuma das actividades que temos vindo a realizar, nenhum dos equipamentos que temos vindo a abrir, nenhuma das realizações do ponto de vista cultural, desportivo, social, etc. terá qualquer quebra em 2009. Portanto podemos dizer que tudo está absolutamente assegurado com esta Proposta.-----

Por outro lado, também estas Opções do Plano para 2009 asseguram a concretização de todas as obras que foram lançadas em 2008, todos os Projectos que foram concursados e também todos os novos projectos que entretanto candidatámos ao Quadro de Referência Estratégico Nacional com incidência em todos os domínios da vida dos Almadenses. Portanto nem uma só Obra, nem um só Projecto ficam por concretizar, mais do que isso a Proposta já contempla todo um conjunto de outras realizações, de outros Projectos entretanto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

candidatados e aprovados no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional. Além disso, estas opções também asseguram o aprofundamento da dimensão de Almada enquanto Cidade Educadora, da Cultura e do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia e garantem a sua afirmação enquanto Concelho de causas, território associativo e solidário. Todos os projectos se enquadram nestes domínios têm absoluta correspondência em recursos financeiros na Proposta que também está nas vossas mãos para ser apreciada e decidida, e também a dimensão do desenvolvimento económico.-----

Estas Opções do Plano asseguram importantes incentivos à instalação no nosso Concelho de indústrias de base tecnológica, de novos empreendimentos turísticos, industriais, mantendo as medidas de apoio ao comércio tradicional e às micro empresas.-----

Num tempo de crise como todos ouvimos sistematicamente referir, de facto estamos perante uma Proposta de Plano e Orçamento que se situa num contexto de crise mas que não está afectado pela crise. Isto tem a ver com uma gestão de rigor, com uma gestão exigente que ao longo de muitos anos temos feito no nosso Município e que nos dá condições para apresentarmos uma grande solidez nesta Proposta. Portanto temos um Orçamento para 2009 entre a Câmara e os Serviços Municipalizados de cento e quarenta milhões de euros.-----

Dizer que da parte da Câmara quarenta e seis por cento do Orçamento correspondem a investimento, como sempre temos feito. Há uma poupança muito significativa das receitas correntes para se poder contemplar mais investimento e assim aumentar os equipamentos e as respostas sociais e outras à nossa população.-----

Há uma referência que se faz e não pode deixar de se fazer relativamente à insuficiência de recursos financeiros que do Orçamento de Estado são transferidos para os Municípios. No nosso Concelho o Orçamento de Estado transfere apenas para investimento 2,5 milhões de euros, é de facto pouquíssimo, é muito importante que a Lei das Finanças Locais cuja revisão tem vindo a ser reclamada por todos os Municípios possa de facto ser alterada e resolva este problema que é gravíssimo para o conjunto dos Municípios Portugueses.-----

Dizer também que a capacidade de endividamento no nosso Município, a capacidade disponível é elevada porque isto também corresponde a uma grande preocupação de conter o endividamento, de não hipotecar o futuro e de construir em cada dia e em cada ano com segurança um futuro melhor para as nossas populações.-----

Relativamente à área do pessoal, há um acréscimo de 3,6%, este acréscimo corresponde a 2,9% de articulação da tabela salarial e portanto os 0,7% têm efectivamente a ver com o Mapa de Pessoal que se apresenta.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Dizer que se mantém a dívida do Governo ao nosso Município na ordem dos três milhões de euros, dívida que se vem arrastando há vários anos.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

Vamos celebrar em 2009 o 35º Aniversário da Revolução de Abril. Trinta e cinco anos de construção de um País novo em que o Poder Local Democrático tem constituído um dos principais motores das transformações que os portugueses em geral, e os Almadenses em particular, foram capazes de concretizar.-----

Aproximamo-nos do final do nono mandato autárquico, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, alcançando no final do mandato trinta e três anos de Poder Local Democrático, exercido por mandato do Povo de Almada que, por sufrágio directo e universal, elegeu em sucessivas eleições livres os seus representantes.-----

Nesta oportunidade, na condição de Presidente da Câmara Municipal e enquanto autarca eleita sucessivamente desde 1979, primeiro para a Freguesia de Almada e depois para a Câmara Municipal, perfazendo trinta anos de missão autárquica, considero ser meu dever e da maior justiça, deixar aqui registada uma especial saudação a todos os homens e mulheres que assumiram a Comissão Administrativa Democrática a seguir ao 25 de Abril de 1974, e a todos os Companheiros do Poder Local eleito, num total de mais de 1600 mandatos de homens e mulheres que, de 1976 a 2009 assumiram ou assumem responsabilidades autárquicas no nosso Concelho, por mandato popular.-----

Aos homens e mulheres da Comissão Administrativa Democrática, fortemente apoiados pelo Movimento Popular, coube a missão de romper com o passado de estagnação e injustiça, e abrir novos e ambiciosos caminhos em direcção ao progresso e ao desenvolvimento da nossa Terra, assumindo uma extraordinária Visão, nomeadamente nos domínios do Ordenamento do Território e do Saneamento Básico.-----

Ao Poder Local Democrático, sucessivamente eleito desde 1976, coube a missão “revolucionária” de transformar um Concelho – de um país do terceiro mundo, às portas da Capital – onde o esgoto corria a céu aberto e onde escasseava a água – num concelho desenvolvido (pese embora os problemas a resolver), com níveis de resposta às necessidades das populações idênticos à média das cidades europeias, e em muitos casos entre os melhores, de que é exemplo o sistema municipal de saneamento básico.-----

Etapa após etapa, de forma coerente e consistente, com Visão Empreendedora e Capacidade Transformadora, Almada concretizou primeiro a fase do Desenvolvimento e da Infra-estruturação até final dos anos 80, lançou e realizou a fase do Desenvolvimento Integrado



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nos anos 90 e, assim alicerçada, assumiu com determinação o Desenvolvimento Sustentável e Solidário como Objectivo Estratégico, no início do terceiro milénio.-----

É neste contexto que se situa o actual mandato autárquico 2005/2009, um mandato histórico, profundamente transformador na vida dos Almadenses.-----

Estes quatro anos vão ficar marcados, a todos os níveis da vida Municipal, não apenas pela realização de todos os objectivos iniciais, como em muitos casos por se ter ido bem mais longe, abrindo novos horizontes para o futuro.-----

- O Metro Sul do Tejo, um sonho tornado realidade após 20 anos de luta, aí está, inaugurado e em pleno funcionamento na sua primeira fase. Trata-se de uma conquista de particular significado para a melhoria das condições de mobilidade dos cidadãos, para a qualidade do ambiente urbano, para a qualificação do espaço público e para o desenvolvimento económico, em especial ao nível do Comércio, do Turismo e das novas tecnologias. Conseguimos lá chegar! Somos hoje uma cidade com um sistema de transporte público urbano ao nível de avançadas cidades europeias.-----

- O POLIS da Costa da Caparica marcou neste mandato o seu desenvolvimento irreversível, e as obras concretas aí estão, no terreno. Teremos, começamos já a ter, uma Costa da Caparica totalmente diferente, qualificada, pronta a contribuir ainda mais para o bem-estar e para a qualidade de vida das populações, e para o desenvolvimento económico e social do nosso Concelho. Também aqui conseguimos!-----

- Almada Nascente – Cidade da Água, é outro desígnio de grande dimensão e alcance estratégico que começa a tomar forma concreta. A sua inclusão, por decisão do Governo, no Programa do Arco Ribeirinho Sul em Setembro último, representa mais um passo de extraordinária importância no sentido da transformação profunda de uma área crítica do nosso território, e da concretização dos objectivos estratégicos que lhe estão associados. Também aqui podemos dizer que estamos a conseguir!-----

- Outros – e muitos – aspectos do trabalho deste período mereceriam aqui registo. Deixo referência apenas a alguns, emblemáticos e decisivos quando pensamos na qualidade de vida de todos os Almadenses.-----

- O parque escolar do nosso Concelho, em particular o parque do 1º Ciclo do Ensino Básico, tem neste mandato uma transformação absoluta. Nove escolas novas, outras alargadas, foi introduzido de forma expressiva o ensino pré-escolar, foi, numa frase, fortemente apoiada e estimulada a “escola a tempo inteiro”, de qualidade, e reforçadas as condições para que o Concelho de Almada seja, cada vez mais, a Cidade Educadora que se orgulha de ser, assegurando às suas crianças e jovens as condições de base para uma formação integral.--



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- As redes de equipamentos culturais, desportivos e de lazer, fortemente reforçadas, através de novas bibliotecas municipais, bibliotecas escolares, novos pavilhões gimnodesportivos, novas piscinas, novas pistas cicláveis, e Parques Urbanos, dispendo de uma capacidade de oferta relevante no quadro nacional.-----

- A solidariedade social, o apoio concreto à criação de condições cada vez melhores para uma resposta positiva a necessidades específicas dos mais idosos, das crianças e dos deficientes, é outra realidade objectiva que tem vindo a conhecer importantes progressos nestes anos.-----

É pois neste enquadramento que se situa a presente proposta de Plano e Orçamento para 2009.-----

Importa por isso sublinhar que esta proposta, ao mesmo tempo que contempla a conclusão de muitos e variadíssimos projectos, e assegura o prosseguimento de muitos outros, abre caminho para a concretização de outros tantos já a partir de 2009.-----

Temos pois em mãos, uma proposta que ultrapassa largamente a marca temporal de um ano de actividade municipal, e que, para além de se constituir como epílogo de um percurso, abre novos horizontes de progresso e desenvolvimento para o futuro de Almada e dos Almadenses.-----

Concluídas as obras de construção do Metro Sul do Tejo relativas à primeira fase deste projecto estruturante, fundamental para a melhoria das condições de mobilidade, e por isso da qualidade de vida de milhares e milhares de cidadãos de Almada e da área norte da Península de Setúbal, há que diligenciar para que seja integralmente cumprido o contrato de concessão estabelecido, e se avance para a construção das segunda e terceira fases do MST, bem como para a sua extensão à Costa da Caparica – conforme o previsto no Programa POLIS em desenvolvimento –, e ainda para Almada Nascente e Trafaria, tendo em vista a concretização das Estratégias de Desenvolvimento definidas para estas áreas do nosso Concelho.-----

As Opções do Plano consagram, naturalmente, a necessidade de prosseguir este projecto estratégico indispensável para um desenvolvimento regional e local verdadeiramente sustentável.-----

Em 2009 prosseguirá o Plano de Mobilidade – “Acessibilidades 21” com o estudo da 2ª fase para o horizonte de 2015, e o aprofundando das medidas já adoptadas na 1ª fase ao nível da segurança e fluidez da circulação, da gestão integrada e rigorosa do estacionamento. O reforço da articulação entre os diferentes modos de transporte na Cidade de Almada, é um dos principais objectivos a prosseguir, destacando-se neste âmbito a introdução de um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

serviço de transporte de proximidade amigo do ambiente – o “Flexibus”, que servirá a cidade, em particular a zona histórica e a sua articulação com o corredor do Metro Sul do Tejo.-----

Será igualmente alargada a oferta de parques de estacionamento destinados a utilização pública, designadamente através da concretização da rede de parques que já foi objecto de concurso, articulando de forma racional esta nova capacidade de oferta com o estacionamento à superfície.-----

Ainda neste domínio serão desenvolvidas outras acções e iniciativas em 2009, de que se destacam o reforço do trabalho e dinamização da Comissão Municipal de Trânsito e Transportes, o aprofundamento dos incentivos ao uso de modos suaves de transporte – prosseguindo nomeadamente o desenvolvimento progressivo e gradual da Rede Ciclável Hierarquizada –, a promoção dos estudos e programa da futura Casa da Mobilidade enquanto instrumento de integração das valências de gestão, monitorização, informação e mediação da mobilidade em Almada.-----

Ao nível da Área Metropolitana, dar-se-á a máxima atenção e colaboração no sentido de que a Autoridade Metropolitana de Transportes assuma decisivamente as suas competências, articulando-se com os Municípios envolvidos, no sentido de assegurar uma mobilidade social, económica e ambientalmente sustentável.-----

O Programa POLIS da Costa da Caparica prosseguirá com novos projectos e obras, em execução do respectivo Plano Estratégico, cujo investimento, para além dos Fundos Comunitários, se reparte em 40% pela Câmara Municipal e 60% pelo Governo.-----

Depois de inauguradas as obras decorrentes do primeiro Plano de Pormenor – o Jardim Urbano – prosseguem a bom ritmo as obras da Frente Urbana de Praias, sendo já visíveis os impactos extremamente positivos desta intervenção na vida quotidiana dos Caparicanos, mas também dos muitos milhares de visitantes. Nesta área está em desenvolvimento também, em parceria com o Instituto do Desporto, o projecto de um “Centro de Alto Rendimento do Surf”.--

Em execução dos Planos de Pormenor já aprovados, iniciar-se-ão as respectivas obras no seguimento dos indispensáveis projectos, tendo em vista a concretização de todas as intervenções previstas no Plano de Desenvolvimento Estratégico, dentro do horizonte estabelecido.-----

Ainda no âmbito do Programa POLIS, e para além da extensão do Metro Sul do Tejo já referida, é fundamental que o Plano da Frente Urbana e Rural Nascente seja concluído e aprovado, pois nele vão ter lugar equipamentos de grande importância e significado para a Costa da Caparica, para os seus cidadãos, e para a qualidade de vida de todos, destacando-



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

se a nova Escola Básica Integrada da Costa da Caparica, a Biblioteca Municipal e as Piscinas Municipais.-----

Em 2009 iremos prosseguir com as acções de sensibilização para a Qualificação da Imagem Urbana e do Concelho em todas as suas dimensões, dinamizando o crescente envolvimento de todos os trabalhadores, a participação activa das Juntas de Freguesia e a adesão já visível das populações a este desígnio municipal que todos pretende envolver.-----

Será prosseguido o trabalho, já iniciado, de Revisão do Plano Director Municipal, acautelando nesta revisão os diferentes Planos de Pormenor em curso no Concelho e, tanto quanto possível, interagindo com o processo de alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território que se prevê concluído em Setembro do próximo ano.-----

Será dado o melhor contributo no sentido da implementação do Plano de Urbanização “Almada Nascente – Cidade da Água”, integrado enquanto projecto estratégico de interesse nacional na Resolução do Conselho de Ministros que criou o Projecto do “Arco Ribeirinho Sul” em Setembro de 2008.-----

Em articulação com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), através da Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), será promovida a realização do Estudo e Diagnóstico Prospectivo e Plano de Pormenor para a Fonte da Telha, tendo em vista a concretização das transformações definidas para esta área pelo MAOTDR no “Plano de Acção para o Litoral 2007-2013”.-----

Ainda ao nível do planeamento do território, importa sublinhar que o ano de 2009 irá marcar decisivamente a emergência de novos instrumentos de gestão, fundamentais para a requalificação de áreas significativas do ponto de vista do património, da cultura e da história do nosso Concelho e das suas gentes.-----

Estão neste conjunto de instrumentos os que nascerão na sequência da aprovação, já concretizada, do Estudo de Enquadramento Estratégico de “Almaraz/Ginjal” e do Plano Estratégico de “Almada Poente”, do Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário a Cristo-Rei/Seminário à Zona Ribeirinha/Olho de Boi, e os Planos de Pormenor que decorrem do Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria. Será dada atenção particular à implementação do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, da responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB).-----

Relativamente ao desenvolvimento económico e social do nosso Concelho, embora fortemente dependente das políticas e conjunturas nacionais e internacionais, importa no



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

entanto equacionar e promover a criação de condições que estimulem o desenvolvimento de áreas de actividade económica diversificadas, geradoras de emprego.-----

É nesse sentido que um conjunto de Linhas de Orientação e respectivas Actividades do Plano para 2009 claramente se orientam, importando destacar nesta introdução as medidas mais significativas.-----

Do ponto de vista estritamente económico e financeiro, será isentada totalmente da taxa municipal de urbanização a instalação de empresas que se enquadrem no domínio das indústrias de base tecnológica, e em 80% outros empreendimentos industriais ou turísticos que se venham a fixar no nosso Concelho. São medidas objectivas de apoio e incentivo ao investimento e consequente desenvolvimento económico e social do nosso Concelho que aqui importa relevar.-----

Ainda no plano financeiro, estarão isentos da Derrama anual todas as actividades económicas objecto de cobrança de Imposto sobre Rendimento Colectivo (IRC) cuja facturação não exceda os 150.000,00 € em 2008. Esta medida irá beneficiar directamente mais de 70% das empresas com sede em Almada, naquilo que será, seguramente, um importante incentivo e apoio à sua actividade.-----

No ano de 2009 irá avançar a implementação do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo, instrumento fundamental para a promoção deste sector estratégico da actividade económica no nosso Concelho, perspectivando-se o funcionamento em Almada dos primeiros Núcleos de Formação da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.-----

A abertura ao público dos Serviços de Turismo no antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, a ampliação da rede de Postos de Turismo e o desenvolvimento da Rede de Miradouros Virtuais no âmbito do Projecto Estratégico para a Competitividade e Inovação Urbanas – “Almada, Laboratório de Ideias”, a par do “Observatório do Turismo” são alguns dos projectos para 2009.-----

A estas acções e actividades associa-se ainda um amplo conjunto de outras medidas e iniciativas, articuladas com programas de valorização do comércio local da Associação de Comerciantes, tendo em vista potenciar os ganhos introduzidos pelas operações de qualificação urbana associadas à construção do Metro Sul do Tejo e ao Programa POLIS da Costa da Caparica.-----

Em articulação com a Associação de Comerciantes, será concretizado um amplo programa concelhio de promoção e dinamização do comércio local – destaque para iniciativas como o “Almada Fashion”, o “Almada Moda Jovem”, o “Concurso de Gastronomia”, o Sorteio, as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Iluminações de Natal e a campanha “Compre em Casa, Compre no Concelho de Almada” também associada ao Natal –, e será dado um especial contributo municipal à divulgação da Marca “Almada Centro – Shopping e Lazer”.-----

Serão acompanhados os processos de conclusão da construção do Centro Cívico e Terciário do Pragal e do Centro Cívico do Feijó, e serão feitas todas as diligências para que avance a construção do Centro Cívico da Cova da Piedade, enquanto pólos dinamizadores da actividade económica no Concelho.-----

A promoção do desenvolvimento económico passará também em 2009, pelos programas de formação profissional e pelo apoio à criação de micro-empresas através da actividade desenvolvida ao nível das Agências de Desenvolvimento Local; pelo contributo aturado e permanente para o reforço do Pólo Tecnológico e de Empresas de Inovação (no quadro do MADAN PARQUE); para a concretização de um Pólo de Indústrias Criativas a fixar no Ginjal/Cacilhas; e pelo Observatório sobre Emprego, Empresas e Formação e Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento (GACECI), com projectos concluídos e a materializar.-----

O desenvolvimento económico e social em Almada assume como desígnio municipal duas características essenciais: é um desenvolvimento sustentável e é solidário.-----

Assim, a par do que atrás se regista, aprofundar-se-á em 2009 o trabalho continuado e persistente de construção da Agenda Local 21 de Almada.-----

Prosseguirá o Projecto da “Agenda 21 da Criança – Queres Ajudar a Mudar o Mundo? Começa por Almada!”, espaço privilegiado de participação activa dos mais jovens na estratégia local de desenvolvimento, a que se associam outras acções e iniciativas neste âmbito, com destaque para o desenvolvimento e funcionamento de uma rede de recursos educativos vocacionados para a promoção da educação para a sustentabilidade, centrada essencialmente no trabalho da Ecoteca Municipal e no serviço de informação ambiental.-----

Para além destas acções, a intervenção do Município anuncia-se em 2009 muito ampla no domínio do controlo, monitorização, gestão e sensibilização ambientais, como nos últimos anos vem acontecendo.-----

O prosseguimento do processo de monitorização dos gases com efeito de estufa, componente fundamental da Estratégia Local para as Alterações Climáticas e contributo para a convergência das metas do Protocolo de Quioto; a monitorização sistemática dos indicadores ambientais de ruído ambiente, clima e pegada ecológica; os projectos e programas no domínio da conservação e valorização do património natural, da higiene, limpeza e salubridade urbanas, da reciclagem e reutilização de materiais, da energia – onde a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

consolidação da intervenção da AGENEAL – Agência de Energia de Almada assume um papel de destaque –, do comércio justo, da solidariedade e da mobilidade sustentável; são importantes e significativos contributos para a salvaguarda e valorização do património ambiental comum.-----

Vão ser de novo assinalados de forma alargada e empenhada, momentos tão significativos para a mobilização e sensibilização dos cidadãos em torno destas questões, como o “Dia da Terra”, o “Dia Mundial do Ambiente”, o “Dia da Árvore”, o “Dia Sem Carros” e a “Semana Europeia da Mobilidade”.-----

Prosseguirá o trabalho de estudo e conservação da biodiversidade e a recuperação de áreas de maior riqueza natural e paisagística do Concelho, assegurando igualmente a actualização da Estrutura Ecológica do Concelho.-----

Será disponibilizado ao público em geral o novo Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental desenvolvido no âmbito do Programa POLIS da Costa da Caparica, novo e moderno contributo municipal para o aumento e melhoria da consciência ambiental e ecológica dos cidadãos, e prosseguirá o desenvolvimento do projecto da Quinta Biológica de Almada, outro equipamento inteiramente dedicado à aprendizagem, ao saber e ao conhecimento.-----

Simultaneamente, será mantido e reforçado o sistema municipal de limpeza e higiene urbana, no âmbito do qual será elaborado um Plano de Reconversão do Sistema de Resíduos Sólidos Urbanos que conjugue modernidade, sustentabilidade e eficácia, adaptado e adequado às necessidades objectivas dos Almadenses, ao mesmo tempo que continuará a ser plenamente assegurada a manutenção, gestão e conservação de espaços verdes, de recreio e de lazer, com qualidade e assente em soluções ambientalmente sustentáveis.-----

Ao nível do sistema educativo, cultural e desportivo, as actividades contidas neste Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2009 assumem uma importância e significado muitíssimo especiais. Manter-se-á a linha de rumo que desde sempre caracteriza o trabalho desenvolvido neste domínio pela Câmara Municipal de Almada, caracterizada pelo reforço e melhoria permanentes da capacidade de oferta e da qualidade dos equipamentos de ensino para as nossas crianças.-----

Cinco novas Escolas Básicas do 1º Ciclo com valência de Jardim-de-infância serão concluídas em 2009, consolidando gradualmente as condições para o funcionamento da Escola a Tempo Inteiro em Almada.-----

Paralelamente, prosseguirá a instalação de Bibliotecas Escolares nos estabelecimentos de ensino. Prosseguirá o envolvimento crescente da comunidade educativa no Plano de Acção



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Cultural, e serão garantidos os sistemas de apoio social escolar, designadamente ao nível do funcionamento de refeitórios dos ensino pré-escolar e 1º ciclo, dos transportes escolares, transporte adaptado para crianças portadoras de deficiência e das actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico. Continuará a ser assegurado o funcionamento regular do Conselho Municipal de Educação e avançar-se-á para a criação do Observatório do Ensino.-----

Ao nível da Cultura, duas novas Bibliotecas Municipais – no Feijó (com inauguração em 2009) e na Caparica/Parque do Frois com processo já aprovado e projecto a iniciar em 2009; o Museu de Arte Contemporânea Mestre Rogério Ribeiro com processo a iniciar; a consolidação dos equipamentos e serviços museológicos, destacando-se a reabilitação do Museu Naval; e o estudo de novas áreas museológicas como o Museu do Estuário do Tejo e o Museu da Indústria Naval.-----

Ainda ao nível da Cultura, há a destacar o Prémio Municipal de Arquitectura na sua segunda edição; o Prémio Investigação “Cidade de Almada” a lançar em 2009; a ampliação da Arte Pública no Concelho, com quatro novas peças escultóricas de grande qualidade – os Monumentos ao Homem do Mar, ao Marinheiro Insubmisso, ao Trabalhador da Indústria Naval, e aos 35 anos de Abril com a “Espiral do Tempo”. O incentivo e apoio à criação e produção cultural no Concelho, expressa designadamente nos diferentes Prémios Literários atribuídos anualmente, no Festival “Cantar Abril”, e nos diferentes Festivais Internacionais – Festival Internacional de Teatro de Almada, Festival Sementes, Festival Internacional de Dança de Almada e festivais de Música. E ainda as Festas Populares por altura do São João, constituem algumas das inúmeras intervenções de relevo nos domínios da cultura e do conhecimento.-----

Ao nível da prática desportiva, entrarão em funcionamento em 2009 as Piscinas Municipais na Sobreda e na Charneca de Caparica, e será lançado o processo para as novas piscinas municipais na Caparica/Parque do Frois. Prosseguirão, igualmente, os diferentes programas que visam assegurar a oportunidade da prática desportiva a todos, bem como a realização de eventos desportivos de nível nacional e internacional, como vem sucedendo há anos no nosso Concelho.-----

Será assegurada a continuação do intenso trabalho de reforço da capacidade e da oferta de oportunidades, particularmente dirigidas à Juventude, nos domínios da cultura e do desporto e no plano da educação e formação orientadas para contexto de trabalho e empreendedorismo. Serão lançadas diferentes iniciativas e concursos no âmbito do projecto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Jovens Talentos”, tendo em vista o incentivo e o reconhecimento de boas práticas por parte dos jovens nas mais diversas áreas da actividade humana.-----

Prosseguirá a implementação do Plano de Desenvolvimento Social em parceria com a administração central/serviços desconcentrados (Segurança Social, Educação, Saúde, Emprego e Formação Profissional), Juntas de Freguesia, instituições e entidades locais da Rede Social, mantendo-se a prioridade para as famílias, para as situações de pobreza e exclusão social, e para os grupos sociais mais vulneráveis.-----

Na Protecção Civil, prosseguirá o processo de consolidação e aprofundamento da capacidade de intervenção ao nível concelhio, será integralmente mantido o apoio às corporações de Bombeiros Voluntários do Concelho, e será assegurado o regular funcionamento do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada e o Observatório de Segurança.-----

A Informação e Participação dos Cidadãos enquanto factor estratégico essencial para o desenvolvimento do nosso Concelho será assegurada, garantindo-se as condições para que se registre a mais ampla participação dos Almadenses nos processos de gestão municipal e de elaboração de projectos estratégicos, aprofundando o Projecto “Almada Palavra Aberta”, mantendo a realização de sessões públicas e fóruns de participação dos cidadãos.-----

De igual modo será prosseguido o Projecto “Almada Cidade Digital”, alargando ainda mais o acesso de todos às Tecnologias da Informação e Comunicação, com particular destaque para as nossas crianças e jovens, e será aprofundado o Projecto “Almada Informa” enquanto instrumento de promoção privilegiado do acesso dos cidadãos à informação local e global.-----

Relativamente à qualificação do serviço público, destaca-se o prosseguimento do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) nos Serviços da Autarquia, que visa a melhoria do desempenho ambiental das actividades, a eliminação de desperdícios, a rentabilização de recursos, e a redução da pressão ambiental resultante da sua actividade, enquanto organização do sector público.-----

O ano de 2009 conhecerá ainda o desenvolvimento de projectos de Modernização Administrativa dos Serviços, com particular destaque para os projectos “Autenticação Electrónica em Almada”, “Reengenharia de Processos Municipais” e “Atendimento Municipal Multicanal”.-----

Quanto à valorização da intervenção dos trabalhadores no processo de desenvolvimento do Concelho, há a destacar o plano plurianual de formação profissional destinado aos trabalhadores da autarquia, a promoção do Projecto de Saúde, Segurança e Bem-Estar no Trabalho, bem como a política municipal de gestão de Recursos Humanos, assente no reconhecimento do valor social do trabalho e no respeito pelos trabalhadores e suas famílias,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dando em 2009 especial atenção à implementação da Lei nº 12-A/2008 e à avaliação das consequências dela decorrentes.-----

Antecedendo a abordagem à proposta de Orçamento para 2009, torna-se indispensável uma palavra relativa ao quadro geral nacional e sua incidência no Município.-----

Num quadro que permanece de crise acentuada, e recentemente agravada pelas condições internacionais que são do conhecimento de todos, e em que as dificuldades económicas e financeiras afectam, de forma clara, muitos milhares de cidadãos, a proposta de Orçamento de Estado para 2009 veio consagrar algumas medidas de natureza fiscal, no sentido de procurar aliviar a carga fiscal sobre as famílias portuguesas.-----

Os Municípios Portugueses em geral, são naturalmente favoráveis à aprovação de um Orçamento de Estado que seja capaz de dar resposta positiva às dificuldades com que se confrontam os Portugueses. Esta posição é claramente expressa pelo Parecer do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2009, aprovado no passado dia 31 de Outubro por aquele órgão da ANMP.-----

Assim como são favoráveis à adopção de políticas sociais, quer por parte da Administração Central como por parte da Administração Local, que tendam a garantir a diminuição das dificuldades das famílias e as assimetrias regionais que hoje se registam e que determinam um menos justo e menos sustentado desenvolvimento em termos nacionais.-----

O que os Municípios não podem aceitar é que, mais uma vez, as medidas preconizadas para apoio às famílias se traduzam, na prática, numa redução da capacidade financeira efectiva das Autarquias Locais, não estando prevista nem assegurada qualquer compensação ao nível das transferências do Estado que permita compensar os Municípios das perdas sofridas, donde resultarão efectivos prejuízos para todas as famílias.-----

O que os Municípios não podem aceitar é que, mais uma vez, não seja cumprida uma regra elementar do bom relacionamento institucional – a regra da proporcionalidade –, aliás publicamente e inequivocamente afirmada pelo Senhor Primeiro-Ministro no Congresso da ANMP, mas que os sucessivos Orçamentos de Estado – incluindo o proposto para 2009 –, e a própria Lei das Finanças Locais que entrou em vigor o ano passado, não cumprem.-----

É um facto iniludível que a perda de receitas dos Municípios está muito longe de poder ser compensada pelo aumento da sua participação nas receitas fiscais do Estado, aumento esse limitado a 5% por uma norma da Lei das Finanças Locais que todos os Municípios contestam mas que vem sendo aplicada desde há dois anos, quando, em contrapartida, as receitas fiscais do Estado aumentam em 11,9%.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Por outro lado, a proposta de Orçamento de Estado para 2009, no que respeita ao Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para o nosso Concelho, está muito distante de corresponder positivamente às legítimas e urgentes aspirações e necessidades da população.-----

Quase todos os investimentos da responsabilidade da Administração Central, que têm vindo a ser reivindicados insistentemente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, mantêm-se ausentes do PIDDAC para 2009, não integrando as preocupações de investimento do Governo no nosso Concelho.-----

Com efeito, aquela proposta integra apenas a construção do quartel da GNR na Costa da Caparica, com uma dotação orçamental de cerca de dois milhões de euros e uma programação 2008/2010, e a construção da segunda fase do Quartel da GNR na Charneca/Sobreira, com uma dotação orçamental de pouco mais de 1,1 milhões de euros e igualmente uma programação 2008/2010. Ao nível das forças de segurança no Concelho, mantém-se de fora a construção do posto da GNR na Caparica/ex-Plano Integrado de Almada, uma antiga e justa reivindicação do Concelho de Almada que continua por satisfazer. Para além dos investimentos que se acaba de referir, o PIDDAC para 2009 considera apenas o seguinte:-----

- O Programa POLIS da Costa da Caparica, com uma verba orçamentada de 7.623.830,00 €;-
- A construção da sede social do Centro de Arqueologia de Almada, inscrito em 2009 com a mesma ridícula verba de 1.000,00 € que conhecia em 2008!-----

Mau grado a continuada insistência da Câmara Municipal de Almada e da Assembleia Municipal junto dos diferentes Ministérios, do Primeiro-Ministro e dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, os restantes investimentos considerados da maior importância para o Concelho, são totalmente ignorados no Orçamento de Estado para 2009.-----

Além disso, e lamentavelmente, tal como referimos em 2008, o Orçamento de Estado volta a não considerar o pagamento das dívidas que o Governo tem por liquidar ao nosso Município, são cerca de três milhões de euros de dívidas dos Ministérios da Educação e da Cultura, que se arrastam há vários anos.-----

Finalmente, o Orçamento do Município para 2009.-----

Num montante de 111.897.298,25 €, este Orçamento mantém o princípio da contenção ao nível dos encargos correntes, tal como vem sucedendo há vários anos constituindo, a par de uma gestão de rigor, um dos principais factores de sustentabilidade financeira do nosso Município, o que lhe tem permitido enfrentar sem rupturas as sucessivas crises que têm marcado a vida económica do nosso País.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Contudo, a insuficiência de recursos financeiros provenientes do Orçamento de Estado, cuja contribuição para o investimento municipal se confina a 2,5 milhões de euros – o designado Fundo de Equilíbrio Financeiro –, agravada por decisões do Governo com incidência nas finanças locais, que se têm traduzido no aumento da despesa e redução da receita, a par das dívidas acumuladas há vários anos e do insuficiente investimento do Estado, constitui uma séria ameaça que, a manter-se, resultará necessariamente num futuro próximo, em sérios prejuízos para o desenvolvimento local.-----

A proposta de Orçamento do Município para 2009, assegura a cobertura de todas as actividades, todos os compromissos assumidos e as novas intervenções decorrentes das Opções do Plano, apresentando um volume de investimento na ordem dos 50 milhões de euros, e garantindo um acréscimo de 2,5% ao nível das transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia.-----

Mais uma vez, na linha da gestão municipal seguida em Almada há vários anos, uma parte significativa da receita corrente (mais de 16 milhões de euros), é destinada a investimento.----

A terminar, uma palavra de esperança e de confiança.-----

Tenho a convicção de que Almada vai ser capaz de prosseguir, sem retrocessos, o seu Projecto Humanista, enfrentando e vencendo, como no passado, as novas adversidades e ameaças, continuando firme no caminho do Progresso e do Desenvolvimento, porque é empreendedora, tem sólidos alicerces, conta com os trabalhadores e com as populações, e por isso não teme o futuro.-----

Temos vivido em Almada um tempo de construção e luta, nos trinta e cinco anos de Liberdade e Democracia, que vamos comemorar em 2009, grandes transformações e conquistas foram alcançadas, com elas e a partir delas, novos desafios são possíveis de enfrentar e vencer no futuro próximo.-----

Almada Inovadora, Centro de Investigação de nível Internacional, Cidade Erasmos; Almada competitiva, das indústrias tecnológicas, e do Turismo – são alguns dos novos desafios deste nosso tempo.-----

Um tempo que se deseja de mais progresso e justiça, alicerçado nos trinta e cinco anos de Liberdade e Democracia e nas profundas transformações operadas pelo Poder Local Democrático.-----

Celebrando os 35 anos de Abril, em 2009 erguer-se-á em Almada o Monumento “Espiral do Tempo”. Um tempo sempre de Abril, qual espiral buscando o infinito.”-----

6.2.1.2 - O Sr. Vereador Nuno Vitorino - Presidente do Conselho de Administração dos SMAS:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Palavras breves para fazer uma apresentação do documento que é agora colocado à vossa consideração, apresenta-se uma Proposta de Actividades que corresponde à continuidade do trabalho que vem sendo desenvolvido e ao cumprimento dos compromissos assumidos para o mandato, todas as seis linhas estratégicas definidas merecem a atenção do documento que agora se propõe à apreciação desta Assembleia, uma breve nota sobre cada uma dessas linhas estratégicas só para recordar e sublinhar os aspectos que considero mais relevantes.---

As Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Almada, para o ano de 2009, apresentam as actividades a desenvolver no ano bem como o orçamento que permitirá a sua concretização.-----

O plano de trabalho apresentado assume um significado particular pois enquadra, não só a proposta de desenvolvimento das actividades para o ano de 2009, mas também o culminar de um período de mandato que na sua globalidade consumará a concretização do compromisso político assumido com a população, em matéria de abastecimento de água e saneamento, no âmbito da segunda etapa de um projecto de governação local mais amplo que designamos por "Década do Desenvolvimento Sustentável e Solidário".-----

Ao mesmo tempo que o presente Plano e Orçamento procura dar corpo à concretização de um compromisso cujo ciclo se encerrará em 2009, lança já as raízes para o futuro, materializando a estratégia de adequar continuamente o Sistema Municipal de Água e Saneamento à evolução do concelho de Almada, mantendo os elevados níveis de atendimento em água, saneamento e tratamento - que já ombreiam com os mais elevados padrões internacionais - aprofundando em contínuo a qualidade da prestação do serviço à comunidade, num quadro de sustentabilidade social e económica e de gestão pública ao serviço das populações.-----

Pilar importante desta ponte com o futuro são as Candidaturas do Município de Almada ao QREN (Programa Operacional de Valorização do Território - Eixo Prioritário II - Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento). Estas candidaturas, no seu conjunto, representam a ambição de concretizar, entre 2009 e 2013, cerca de 40 milhões de euros na requalificação de infra-estruturas e na adaptação do Sistema Municipal aos imensos desafios de construção de cidade a que Almada se propôs.-----

Estamos confiantes que a aprovação das candidaturas ao QREN não deixará de ser considerada, sendo esta uma oportunidade de repor a solidariedade e a justiça, em termos de apoios financeiros, para com o trabalho desenvolvido e a capacidade na concretização de projectos manifestada pelo Município de Almada e que até à data não tem contado com um apoio nacional à altura. Sublinha-se que, para 2009, o presente Orçamento compromete-se já



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

com 6,8 milhões de euros, para projectos candidatos ao QREN, dos quais aproximadamente 2 milhões de euros serão esforço próprio de investimento.-----

Decisão fundamental para o futuro do abastecimento de água às populações dos diversos Municípios da Península de Setúbal foi a constituição da AIA – Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal.-----

Esta Associação tem como objectivo a constituição de uma Empresa Intermunicipal para o abastecimento de água em alta, que representa a vontade e a determinação na defesa da gestão pública, na protecção do recurso água pela gestão integrada do Aquífero e no aprofundamento da eficiência dos processos, ao serviço das populações.-----

Almada, por decisões unânimes da sua Câmara Municipal e Assembleia Municipal disse também presente a este projecto de bom futuro e empenhar-se-á conjuntamente com os municípios associados na consumação deste objectivo, bem como no desenvolvimento das actividades do Observatório da Água para a Região de Setúbal.-----

Indispensável é assinalar o aprofundar de uma conjuntura nacional desfavorável, que se vem repercutindo de forma profundamente negativa nas famílias e nas empresas, nomeadamente do sector das obras públicas, e que aconselha cuidados especiais, quer na protecção do direito social à água, quer na relação com parceiros prestadores de serviços.-----

Sublinhe-se que esta crise nacional, que se vem desenvolvendo há um longo período e caracterizou-se por uma tentativa de desvalorização da intervenção do Estado, da gestão pública e dos trabalhadores que servem os cidadãos e o país na Administração Pública, se viu agravada pela crise financeira internacional, que em meados de 2008 assumiu carácter estrutural.-----

Esta conjuntura internacional que hoje vivemos, reconhecidamente com origem num modelo radical de mercado, com profundo défice de intervenção do Estado, reforça a certeza da correcção da opção pela gestão pública dos serviços essenciais às populações, nomeadamente no que respeita à água e ao saneamento.-----

É, assim, no quadro de um contexto social, económico e político, nacional e internacional, negativo, mas com determinação e confiança alicerçadas na convicção da escolha do justo caminho para servir a comunidade almadense e numa prática de construção participada com a população e os trabalhadores, que se apresenta este Plano - com um orçamento global de 28,6 milhões de euros, dos quais 13,7 milhões de euros em investimentos - cujas actividades se apresentam de forma sistematizada no ponto dois deste documento, destacando-se desde já as seguintes:-----

Renovar continuamente as origens de água e cuidar das existentes:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- > Iniciar o planeamento do novo sistema de captação da “Ponta dos Corvos”, no âmbito do protocolo firmado com a Marinha Portuguesa, continuar a aprofundar o estudo das zonas tradicionais de extracção de água e a promover a diversificação dos locais de captação, bem como integrar os esforços de âmbito intermunicipal, no sentido de gerir de forma sustentável o valioso reservatório de água potável que é o aquífero Tejo-Sado, fonte primordial do abastecimento de água à Península de Setúbal.-----
 - > Reforçar a disponibilidade de água e incrementar a segurança nas origens do abastecimento, colocando em exploração 3 furos, cuja realização se iniciou em 2008 e executar uma nova captação.-----
 - > Continuar a implementar práticas de gestão sustentável dos campos de captação promovendo a protecção dos locais de extracção e a exploração mais adequada às disponibilidades existentes.-----
- Optimizar o grau de operacionalidade do sistema de adução, armazenamento e distribuição de água:-----
- > Serão desenvolvidas as acções conducentes à reabilitação e reforço das linhas de adução de água, nomeadamente nos eixos Vale de Milhaços-Corroios-Quinta da Bomba, Corroios-Laranjeiro-Pragal, Lazarim-Estrelinha e Niza-Feijó.-----
 - > Conclusão dos trabalhos de projecto das novas células dos reservatórios de Brielas e Lazarim e desenvolvimento dos estudos dos novos reservatórios da Quinta da Bomba e Aroeira, para corresponder ao incremento localizado de consumos em zonas de expansão da ocupação urbana do Concelho.-----
 - > Promoção de acções de reabilitação dos reservatórios do Cassapo e Monte da Caparica e de manutenção e limpeza do conjunto de reservatórios do sistema de forma a garantir boas condições de exploração e de segurança do abastecimento.-----
 - > Promoção de operações de remodelação das estações elevatórias de Corroios, Quinta da Bomba e Laranjeiro e de manutenção de equipamentos, edifícios e recintos do conjunto das estações elevatórias do sistema.-----
 - > Desenvolvimento de campanhas de estudo de reabilitação e substituição de condutas das redes de distribuição de água, com recurso a empreitadas e à administração directa, orientadas ao aumento da fiabilidade e rentabilidade do funcionamento do abastecimento por redução de roturas, permitindo elevar os padrões de disponibilidade do serviço e do controlo de perdas de água. Estas acções distribuem-se um pouco por todo o concelho, com incidência nas zonas com redes mais antigas ou constituídas por materiais mais perecíveis.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- > Execução do programa de manutenção preventiva da rede municipal de distribuição de água, de acordo com o “Plano de Exploração de Redes de Água 2009”.-----
Garantir a qualidade da água fornecida:-----
- > Executar o “Plano de Controlo da Qualidade da Água de 2009”, documento aprovado pelo - Instituto Regulador das Águas e Resíduos (IRAR) e as acções complementares de controlo que se entendam convenientes para assegurar o controlo operacional da distribuição de água, nomeadamente no que se refere à monitorização da qualidade das origens.-----
- > Desenvolver o estudo técnico do novo Laboratório de Controlo da Qualidade da Água, com vista à acreditação desta instalação, em tempo oportuno, nos termos da legislação (DL 306/07 de 27 de Agosto).-----
- > Desenvolver o Plano de Segurança da Água do Município de Almada, no âmbito do projecto piloto intermunicipal coordenado pelo IRAR.-----
- Alcançar a cobertura integral do concelho pelo sistema de drenagem de águas residuais e alargar a capacidade de resposta do sistema de drenagem de águas pluviais:-----
- > Prosseguir o alargamento da rede municipal de drenagem de águas residuais e pluviais através do adensamento em zonas urbanas em processo de ocupação, nomeadamente na freguesia da Charneca de Caparica, mediante a realização de empreitadas de obras de colectores.-----
- > Promoção de campanhas sistemáticas de ligação às redes de drenagem, nas zonas já dotadas deste serviço.-----
- > Proceder a trabalhos de remodelação das estações elevatórias CE2 e CE3 da Aroeira, das EE de Cacilhas e Raposo-Tagol e ao acompanhamento da elaboração dos projectos de ampliação da EA da Costa de Caparica e da EE do Torrão.-----
- > Proceder à remodelação da vala da Sobreda, ao estudo da instalação de bacias de retenção de cheias de Vale Rosal, Porfírios-Sobreda e Aroeira e aos estudos de reabilitação das valas hidráulicas do Concelho.-----
- > Executar o programa de manutenção preventiva para as redes municipais de drenagem de águas residuais e pluviais de acordo com o “Plano de Exploração para as Redes 2009”.-----
- > Acompanhar os estudos para a remodelação de infra-estruturas, no âmbito do Programa Polis da Costa de Caparica.-----
- Gerir o sistema de tratamento de águas residuais:-----
- > Concluir os estudos técnicos para a 2ª fase da reabilitação e remodelação das ETAR da Quinta da Bomba e do Valdeão, para aprofundar o nível de tratamento exigido por novas disposições legais.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

> Dar continuidade aos processos de valorização dos subprodutos do tratamento, nomeadamente das lamas tratadas e areias lavadas e da reutilização dos efluentes líquidos, bem como da optimização da cogeração energética nas ETAR do Portinho da Costa e da Mutela.-----

Prosseguir uma gestão pública, solidária, eficiente e transparente:-----

> Continuar a actuar de acordo com o paradigma progressista e humanista de que o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública, à segurança colectiva das populações, às actividades económicas e à protecção do ambiente, e que devem ser regidos por princípios de universalidade de acesso, de eficiência, continuidade e qualidade de serviço, equidade e sustentabilidade social dos preços.-----

> Continuar a dar especial ênfase à orientação das actividades, para a satisfação dos utentes, e defesa dos interesses da comunidade, de forma a garantir a sua confiança nos serviços prestados e na entidade gestora municipal.-----

> Prosseguir o esforço de comunicação com os utentes-municípes, de forma a promover o conhecimento das suas expectativas e grau de satisfação e sobre a actividade da entidade gestora municipal e o serviço prestado.-----

> Continuar a implementação de processos simplificados da relação comercial e de eventos da prestação dos serviços entre os utentes e a entidade gestora, nomeadamente por crescente recurso aos meios electrónicos de comunicação.-----

> Continuar o esforço do controlo da qualidade da água, da continuidade das condições óptimas em que é fornecida e da qualidade da medição de consumos, da comunicação e transparência destes processos de forma a reforçar a confiança nos serviços prestados pela entidade gestora.-----

> Implementar as acções de gestão dos recursos humanos de forma a combinar um aumento progressivo da sua qualificação, motivação e satisfação como trabalhadores e indivíduos, assentes por um lado numa cultura de serviço público, responsabilidade, participação e liderança democrática e por outro na valorização do factor trabalho, no reconhecimento dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores, bem como na aplicação de uma avaliação justa e não discricionária, que se adapte da mesma forma a todas as categorias profissionais. Procurar-se-á desta forma, criar as condições objectivas e subjectivas para o cumprimento das responsabilidades sociais da organização e da eficácia e eficiência do trabalho, factor decisivo do sucesso da actividade desta entidade e da qualidade dos serviços prestados aos utentes e à comunidade. Continuará a ser cumprida a quota de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalhadores com deficiência, também como forma de reconhecimento do direito universal ao trabalho.-----

> Adoptar métodos e técnicas de trabalho que promoverão um aumento da produtividade dos processos e equipamentos, no âmbito de uma política de permanente melhoria da eficiência na prestação dos serviços e da contenção dos custos com reflexo nas tarifas praticadas.-----

> Dar particular atenção às acções de protecção do ambiente e preservação dos recursos naturais, traduzidas na participação dos trabalhos do Observatório da Água da Península de Setúbal e da Associação Intermunicipal da Água da Região de Setúbal, no projecto EMAS – Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria e na promoção de actividades de educação ambiental.-----

É, pois, com esta proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2009, que aqui se apresenta, que se propõe concluir este ciclo democrático, iniciado em finais de 2005, e que, com elevado sentido do dever cumprido, consumará os compromissos assumidos com a população almadense e com as gerações vindouras, não só pelo trabalho realizado até aqui, mas também pela ambição cumprida de projectar o desenvolvimento do sistema municipal e de trabalhar para procurar acautelar os recursos necessários à sua realização.-----

Estamos, assim, convictos que esta proposta, que constitui uma ponte entre o presente e o futuro, reafirma a vontade de levar por diante a tarefa de que os Almadenses encarregaram estes Serviços Municipalizados, como parte na construção de um Concelho ambientalmente sustentável, solidário e de desenvolvimento, que se afirma e contribui para o progresso de Portugal."-----

6.2.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Helena Oliveira; Ana Margarida Lourenço; Bruno Dias; Luís Varela Pais; Sérgio Taipas; Maria Odete Alexandre; Luísa Ramos; Ruben Raposo; Vitor Castanheira; Amadeu Vaz; Francisco Guerreiro; Nuno Matias; Cristina Coelho; o Sr. Presidente da Assembleia e a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal.-----

6.2.2.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

A crise financeira e económica está aí e não é apenas na banca, ela está a afectar a grande maioria das famílias. A recessão vai ser uma realidade da sociedade portuguesa em 2009. São necessárias políticas alternativas de apoio aos mais carenciados e de ruptura com o passado, medidas de carácter social e de preservação do ambiente que melhorem a qualidade de vida.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O poder central tem grandes responsabilidades neste capítulo. O Bloco de Esquerda tem denunciado, em vários momentos, a hipocrisia e as mentiras do governo PS, que de socialista já não tem nada. O próprio secretário-geral, que por sinal também é primeiro-ministro, diz-nos que o PS é um grande partido popular de esquerda. Cá estaremos em 2009, nos 3 actos eleitorais que ai vêm, para ver o que pensam os portugueses sobre o PS e as suas políticas de direita.-----

Mas, para responder à crise, as autarquias também têm um importante papel a desempenhar! Incompreensivelmente, em Almada, e tendo como referencial as Opções do Plano e Orçamento para 2009, parece que não teremos crise!-----

Apesar da crise internacional, do Orçamento de Estado e do PIDDAC para 2009, das políticas do governo PS e das suas leis, como é o caso do novo código de trabalho, que provocam o aumento do desemprego e do trabalho precário, agravando as desigualdades sociais e a exclusão social, apesar de tudo isto, nada demoverá o Executivo de Almada de prosseguir a sua política de "mais do mesmo"!-----

Estamos perante uma proposta, diz-nos a senhora presidente, que “ao mesmo tempo que contempla a conclusão de muitos e variadíssimos projectos, assegura o prosseguimento de muitos outros”, e “abre caminho para a concretização de outros tantos já a partir de 2009”! E acrescenta: “para além de se constituir como epílogo de um percurso, abre novos horizontes de progresso e desenvolvimento para o futuro de Almada e dos almadenses”.-----

E é assim que somos colocados perante as 6 linhas estratégicas e 134 linhas de orientação já sobejamente conhecidas por todos nos últimos 4 anos, para dar por concluída a “década de desenvolvimento sustentável e solidário” iniciada no anterior mandato.-----

Tal como no país, em Almada, cá estaremos em 2009, para ver o que pensam os almadenses da política deste Executivo.-----

Uma vez que a senhora presidente fez questão de esboçar um balanço dos últimos 4 anos de mandato, parece-nos oportuno recordar também as propostas e as questões que o Bloco de Esquerda foi apresentando no mesmo período de tempo, e às quais o Executivo não deu resposta, e não dará no próximo ano.-----

Como introdução, não podemos deixar de assinalar, mais uma vez, que o capítulo das Actividades seria de muito mais fácil compreensão se estivesse organizado de acordo com as Linhas de Estratégia e de Orientação, e não com a forma de organização dos serviços camarários.-----

Processo de Revisão do PDM-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Almada não tem um Plano Estratégico. O simples somatório de projectos não resolve o défice de uma estratégia global e sustentável, que deve basear-se em dois pilares fundamentais: a revisão do PDM e a participação e cidadania democrática dos almadenses.-----

Ao fim de 4 anos de mandato, 2 anos e meio da existência da Direcção de Projecto de Revisão do PDM (aprovada por esta Assembleia Municipal em Abril de 2006) e de um requerimento sobre este processo que o BE apresentou em Abril deste ano, continuamos a perguntar: onde está o relatório de avaliação da execução do actual PDM? Para quando a sua divulgação e em que moldes? Qual a metodologia de elaboração, acompanhamento e participação a adoptar no processo de revisão do PDM? Qual a função da Direcção de Projecto no processo? Qual o papel e intervenção dos almadenses neste processo?-----

No documento em apreço, continuamos sem resposta a estas questões para 2009.-----

Participação dos Cidadãos-----

Não é novidade: o BE reputa de uma importância estratégica fundamental a participação dos almadenses na vida da autarquia.-----

Ao longo de 4 anos, temos reconhecido o trabalho do Executivo no capítulo da Informação, designadamente com os projectos “Almada Digital”, “Almada Informa”, os Fóruns de Participação e as sessões no âmbito da “Agenda Local 21” e do “Fórum 21 da Criança”.-----

No entanto, no que toca à Participação, é preciso ir mais longe. No ano em que se comemoram os 35 anos do 25 de Abril, aprofundar os processos de decisão informada e participada seria imprescindível para contribuir para o aprofundamento da democracia e da cidadania.-----

Mas ainda não será em 2009 que o Executivo dará o salto para combater a crise da participação e o desinteresse das pessoas. Mecanismos tão simples como facilitar o acesso à consulta dos projectos para o concelho via Internet ou em espaços de proximidade como são as juntas de freguesia, as escolas, as bibliotecas ou até as colectividades e as casas da juventude, incentivando a participação pública desde o início da elaboração dos projectos, continuam ausentes das Opções do Executivo para 2009.-----

Assim como não será em 2009 que o Executivo se propõe dar início a um processo plurianual de Orçamento Participativo que dinamize a participação cidadã de proximidade, em que os munícipes sejam ouvidos aquando da preparação dos planos de actividade e orçamento, e possam participar na decisão sobre as prioridades na afectação dos recursos financeiros do poder local.-----

Políticas sociais-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Dando continuidade às linhas estratégicas e de orientação da "década de desenvolvimento sustentável e solidário", e apesar da crise e da recessão que em 2009 terá consequências práticas na vida das pessoas, com especial incidência nos extractos da população com mais carências económicas, que para variar também não contarão com o apoio do Governo central, continuará ausente a aposta nas políticas sociais deste Executivo.-----

As estruturas de apoio aos sectores mais desprotegidos continuam a não merecer uma linha nas opções do plano para 2009.-----

Os sem-abrigo continuarão sem o seu Centro de Acolhimento, e a recorrer aos serviços da Porta Amiga da AMI.-----

Apesar de o Plano de Desenvolvimento Social prever a existência de um serviço de atendimento de proximidade e acompanhamento para imigrantes em 2008, os imigrantes que chegam diariamente ao nosso país, e optam pelo concelho de Almada em busca de melhores condições de sobrevivência, continuarão a encontrar como destino as barracas das Terras da Costa ou, se tiverem sorte, as garagens dos moradores da Charneca da Caparica, ausente que continua dos planos da Câmara uma Casa da Imigração ou qualquer outro instrumento de acolhimento e promoção da sua legalização e integração na comunidade.-----

A criação de um Centro de Acolhimento transitório para crianças vítimas de maus-tratos e abandonos, como forma de apoiar o trabalho da Comissão de Protecção de Menores nas respostas às situações concretas, continua ausente dos planos para 2009.-----

Uma política de habitação solidária e responsável, passa pela implementação de medidas concretas que aqui referimos ano após ano, e que mais uma vez enunciamos:-----

- a criação de fogos de renda social no centro da cidade-----
- a definição de uma meta de 25% de todo o edificado para uso social-----
- a garantia de existência de habitação a custos controlados, a manter-se na posse da administração municipal, para servir estratos da população com menores recursos económicos-----
- a exigência, junto do poder central da criação de um "polis" para os bairros sociais existentes, que permita a sua reabilitação e a criação de novos espaços sociais e culturais multiusos-----
- a garantia de qualidade e integração com outros fogos habitacionais, para as novas construções de carácter social-----

Estas, ou outras medidas que tenham como fim os mesmos objectivos, continuam ausentes das Opções do Plano para 2009.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sobre o Parque Habitacional do município, lá vem a referência a "actualização anual das rendas", a par das "grandes reparações em bairros camarários" e à "construção de 172 fogos".-----

Mas nem uma palavra sobre quais as prioridades definidas para as obras de conservação, nem sobre quem as decidiu, ou sobre qual é o destino dos 172 fogos a construir, e quantas são as famílias em habitações precárias que não estão abrangidas por planos de realojamento.-----

Plano de Mobilidade "Acessibilidades 21" e MST-----

Saudamos a entrada em funcionamento da 1a fase do MST, e apoiamos a sua expansão a outras freguesias do concelho, e a outros concelhos do distrito, bem como a sua ligação a Lisboa.-----

Estamos de acordo com os princípios e objectivos do Plano de Mobilidade "Acessibilidades 21" aprovado nesta Assembleia Municipal em 2002, e que está neste momento a ser implementado.-----

Mas temos vindo a dizer, ao longo deste mandato, que só por si, o MST e o Plano de Mobilidade não são suficientes.-----

Para que o MST cumpra os seus objectivos, é imprescindível que se concretizem outras medidas, como sejam a sua inclusão nos passes sociais existentes na área metropolitana de Lisboa e a criação de um passe intermodal válido para todo o concelho a preços acessíveis, e a existência de interfaces entre o MST e os restantes transportes públicos.-----

Por outro lado, o facto de não existir suficiente oferta de parques de estacionamento públicos e gratuitos (ou a preços acessíveis), conjugados com uma deficiente rede de transportes colectivos no concelho, são factores que têm que ser tidos em conta, na implementação do Plano de Mobilidade.-----

Neste contexto, não percebemos as alterações introduzidas no percurso das únicas carreiras da responsabilidade municipal (Cacilhas/Cristo-Rei passou a ter percursos diferentes na ida e vinda, e Cacilhas/Torcatas passou a ser Gil Vicente/Gil Vicente), que prejudicaram os seus utentes. E preocupam-nos também as alterações feitas aos percursos das carreiras dos TST no centro da cidade, que apenas temporariamente circularão na zona pedonal do centro da cidade.-----

Relativamente às alterações da circulação, não podemos deixar de manifestar o nosso desacordo às modificações no trânsito automóvel na parte velha da cidade de Almada, que estão a deixar a generalidade dos que ali têm de se deslocar à beira de uma crise de nervos. Também os Regulamentos de Estacionamento de superfície dificultam ao máximo o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estacionamento dentro da cidade para os que ali se deslocam, atribuindo a maioria do espaço de estacionamento disponível aos residentes.-----

Já em 2006 aqui trouxemos a discussão sobre a função social dos transportes públicos, afirmando que cabe à autarquia uma função reguladora e de implementação de respostas alternativas e inovadoras, nomeadamente no interior do concelho. É por isso que saudamos a decisão de introduzir o "Flexibus" como modo de transporte de proximidade, incluída na linha de orientação 2.2.2, e já anunciado no Boletim Municipal de Dezembro/2008 para servir a zona de Almada Velha.-----

Mas esta medida é insuficiente, e as Opções do Plano para 2009 continuam a não esclarecer qual o papel da Comissão Municipal de Trânsito e Transportes e como vai a Câmara exigir à Direcção Geral de Transportes que assuma o seu papel regulador. Também por responder fica a questão da renovação da frota dos TST e da implementação de percursos transversais no concelho, com ligação ao MST.-----

Sobre os Sistemas educativo, cultural e desportivo, deixamos apenas duas notas: Andamos a ouvir falar do Plano de Acção Cultural, desde o início deste mandato autárquico. Mas uma actividade tão simples como publicar e dar a conhecer o Plano de Acção Cultural' nunca foi inscrita nas intenções do Executivo. Por um destes dias, entregaremos à Mesa um requerimento neste sentido!-----

Relativamente ao apoio ao associativismo local, tornamos a referir que é necessário definir com transparência os critérios de apoio às associações e práticas culturais e desportivas, quer ao nível do apoio à manutenção e reconversão de recursos físicos e materiais, quer no apoio a eventos. Assim como são necessários mecanismos de fiscalização à posteriori sobre o efectivo destino dado aos subsídios atribuídos.-----

Situação laboral dos trabalhadores da CMA-----

Em Setembro deste ano, o BE questionou o Executivo sobre a existência de trabalhadores da CMA com vínculos precários (contratados a prazo, avençados e tarefeiros). A resposta chegou em Outubro, e conjugada com o Balanço Social de 2007, foi possível concluir: a taxa de trabalho precário aumentou 44% em 2008 relativamente a 2007, sendo que passaram de 68 para 73 os trabalhadores contratados a prazo (mais 7%), e de 66 para 120 os contratos de prestação de serviço (mais 82%).-----

Face a estes números, o BE apresentou novo requerimento, em Novembro cuja resposta chegou hoje antes desta Assembleia ter sido iniciada, nesse requerimento questionávamos qual o futuro destes trabalhadores, muitos dos quais desempenhando funções subordinadas com carácter permanente há vários anos consecutivos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No mesmo requerimento, questionámos ainda o Executivo sobre quais os motivos alegados para recusar os vários pedidos de reclassificação que têm vindo a ser sistematicamente recusados, e ainda como pensa a autarquia resolver a questão da promoção às categorias de topo do pessoal técnico profissional que está em condições de ser promovido, já que não foram abertos concursos internos de acesso para estas situações.-----

Apesar de ser fundamental conhecer a resposta da CMA a este requerimento que vamos ler quando sairmos daqui para podermos fazer uma correcta interpretação do Orçamento e do Mapa de Pessoal para 2009, que agora está em apreço, algumas questões são pertinentes e não podem deixar de ser colocadas.-----

Em 2009, o Executivo propõe reduzir os gastos com o pessoal em regime de tarefa ou avença em cerca de 32% (comparativamente a 2008, são menos 405.618€) (rubrica 01.01.07)-----

Esta redução significa que há contratos de tarefa ou avença que não serão renovados? Se sim, quantos e com que justificação?-----

Em 2008, como em anos anteriores, existiam na CMA vários trabalhadores com “falsos recibos verdes”. A diminuição dos encargos anunciada significa que os trabalhadores cujos contratos não terão sido renovados foram integrados, corrigindo as injustiças até aqui verificadas, e respeitando os trâmites da lei?-----

Em 2009, o Executivo propõe aumentar os gastos com o pessoal contratado a termo em cerca de 6% (comparativamente a 2008, são mais 23.748€) (rubrica 01.01.06). Sabendo que os 2,9% previsíveis para os aumentos salariais na Administração Pública significarão 11.757€, perguntamos: os restantes 11.991€ são para contratar mais 39 trabalhadores, conforme resulta da leitura do mapa de quadro do pessoal?-----

Nesse caso, como explica o Executivo a previsão de aumentar em 53% o número de contratos a termo certo, ao mesmo tempo que continua a afirmar que a política de recursos humanos em Almada não é de incentivo à precariedade?-----

O Executivo defende-se dizendo que apenas recorre a este tipo de contratos para a categoria dos cantoneiros de limpeza (agora integrados na carreira dos assistentes operacionais por via da lei 12-A/2008 de 27 Fevereiro) em virtude da grande mobilidade deste sector. Que justificação apresenta, então, para contratar a termo 4 técnicos superiores?-----

Em 2009, o Executivo propõe-se um aumento global nas despesas com o pessoal (remunerações certas e permanentes) de 36%.-----

Se excluirmos os montantes afectos aos contratados a termo e prestadores de serviços, a taxa de crescimento da rubrica 01.01 avança para 41%.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Este aumento substancial dos encargos com pessoal destina-se apenas a fazer face ao preenchimento dos 129 novos lugares (119 por tempo indeterminado e 10 em regime de nomeação por comissão de serviço), ou inclui também os encargos com a integração dos "falsos recibos verdes"? Neste caso, quantos trabalhadores foram integrados? E em relação aos 119 lugares a prover, trata-se de novos concursos a iniciar em 2009, ou são a tomada de posse dos trabalhadores aprovados em concursos concluídos até final de 2008?-----

Neste aumento dos encargos com pessoal estão previstas as situações de alteração do reposicionamento remuneratório inicial (anteriores progressões e promoções)? Foram tidas em consideração as justas reclassificações do pessoal, nomeadamente para a carreira de técnico superior, possíveis nos termos da lei 12-A/2008 já referida?-----

Mapa de Pessoal-----

Antes de mais, fazemos notar a manifesta insuficiência de dados apresentados no Mapa de Pessoal da CMA e também dos SMAS, que nos termos da lei (art. 5º e seguintes da lei 12-A/2008 de 27 Fevereiro) deveria referir a atribuição, competência ou actividade que cada posto de trabalho se destina a cumprir ou executar, e ainda a indicação, por carreira e/ou categoria, da área de formação académica ou profissional que o seu ocupante deve possuir, nos casos em que é imprescindível.-----

No caso de Almada, tal informação não é fornecida, impedindo uma correcta verificação da correspondência entre a previsão do pessoal que se estima ser necessário para a prossecução das actividades e atribuições da autarquia e os objectivos a alcançar por cada posto de trabalho em concreto, que se encontram substanciados nas Opções do Plano em apreço.-----

Por outro lado, consideramos que o Mapa de Quadro de Pessoal, assim como indica a forma de contratação dos lugares a preencher, por uma questão de coerência e transparência política, também deveria indicar a natureza do vínculo dos lugares preenchidos. Não o fazendo, o Executivo impede o conhecimento da situação actual da autarquia, o que reputamos de grave, pois trata-se de omitir informação relevante para a compreensão da realidade dos recursos humanos da CMA.-----

Pegando apenas nos dados disponíveis, existem sérias contradições entre os números apresentados e as conclusões a que podemos chegar, que poderão ser fruto da má prestação de informação por parte do Executivo e do incumprimento de algumas normas legais, procedimentos que urge rectificar sob pena de nos levar a concluir que existe intenção de esconder actos menos correctos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ainda assim, considerando os dados disponíveis, e sabendo que o mapa de pessoal não pode integrar os prestadores de serviço, podemos constatar:-----

Em 2007, a CMA tinha 1460 trabalhadores (1392 permanentes + 68 contratados a prazo) (dados do Balanço Social 2007).-----

Em 2008, presumindo que o nº de trabalhadores permanentes se manteve em 2008, e tendo em consideração os dados da resposta ao 1º requerimento do BE, teríamos que a CMA tinha 1465 trabalhadores (1392 permanentes e 73 a prazo).-----

Mas no mapa para 2009, a CMA considera que tem 1552 lugares preenchidos à data de Dez/2008.-----

Assim sendo, não podemos deixar de perguntar: a que corresponde a diferença de mais 87 lugares apurados no mapa agora em apreço?-----

Quase a terminar, tempo ainda para colocar duas questões:-----

A primeira tem a ver com o cumprimento do novo Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações previsto na já referida lei 12-A/2008, e que entra em vigor em 1 de Janeiro de 2009, sendo que o processo de integração se executa através de Lista nominativa, na qual se deve identificar a remuneração e o nível correspondente, assim como a possibilidade de os trabalhadores poderem ser reposicionados no nível seguinte, ponderada a avaliação do desempenho dos anos anteriores.-----

O Executivo já deliberou se vai seguir a “opção gestionária” ou vai seguir o sistema regra (previstos respectivamente nos art. 46º e 47º)? O aumento das despesas com pessoal previsto para 2009 tem estes factos em consideração?-----

A segunda questão tem a ver com a atribuição do prémio de desempenho (previsto no art. 74º e seguintes da referida lei), que depende da respectiva afectação orçamental.-----

Está este executivo a pensar atribuir, em 2009, este prémio? Se sim, quais as carreiras, categorias ou cargos que podem beneficiar deste prémio, e que têm que ser fixadas nos primeiros 15 dias de Janeiro?-----

Parecer final-----

Ao longo de 4 anos, e sustentados no programa com que fomos eleitos, aqui fomos transmitindo as nossas propostas e tomando posição quanto às opções políticas do Executivo: contra quando tem que ser, e a favor quando deve ser.-----

Pela análise que fazemos às Opções do Plano e Orçamento para 2009, não temos razões para concordar com o mesmo.-----

Terminamos como terminámos o ano passado:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Convictos de que o fazemos em nome da satisfação das justas aspirações dos munícipes de Almada, a uma terra em que a cidadania comande a vida, e em que a participação e o progresso social sejam uma realidade para todas e para todos, votaremos contra a proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2009 em apreço."-----

6.2.2.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

A discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento constitui porventura o debate de maior importância desta Assembleia Municipal, enquanto órgão de fiscalização da gestão autárquica.-----

Esperava a bancada do Partido Socialista que fosse apresentado a esta Assembleia um documento sério, real e responsável. Mas, à semelhança do que vem sendo hábito ao longo dos últimos anos, o executivo camarário limita-se a reunir neste documento um conjunto de reivindicações, ao qual junta algumas ilusões populistas, bastante convenientes neste período de ciclo eleitoral, e outras quantas ficções. Estamos a analisar um documento que irá ditar o rumo da população do nosso concelho, estamos a tratar da vida das pessoas, que, em nosso entender, merecem um pouco de mais respeito e seriedade do que aquilo que vem espelhado neste Orçamento.-----

Senão vejamos. Ao longo de toda a introdução ao documento das Grandes Opções do Plano para 2009, a Câmara Municipal esforça-se por fazer passar a ideia de que os grandes projectos realizados e a realizar no nosso concelho são obra ou resultado do trabalho exclusivo da actual maioria.-----

É dito no documento, e passo a citar:-----

“O Metro Sul do Tejo, um sonho tornado realidade após 20 anos de luta, aí está, inaugurado e em pleno funcionamento na sua primeira fase. Trata-se de uma conquista de particular significado para melhoria das condições de mobilidade dos cidadãos, para a qualidade do ambiente urbano, para a qualificação do espaço público e para o desenvolvimento económico, em especial ao nível do comércio, do turismo e das novas tecnologias. Conseguimos lá chegar! Somos hoje uma cidade com um sistema de transporte público urbano ao nível de avançadas cidade europeias.” – Fim de citação.-----

Senhoras e Senhores Deputados.-----

O Metro Sul do Tejo é uma concretização do Governo Português, em particular dos Governos PS. Foi o Partido Socialista que, em 1999, lançou o concurso público internacional. Foi o PS que, em 2005, quando chegou ao Governo, e estando a obra convenientemente parada, voltou a agarrar no projecto e conseguiu fazer toda a obra no Município de Almada. E apesar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dos ditos 20 anos de luta, a Câmara Municipal de Almada fez este projecto atrasar 3 anos. A melhoria das condições de mobilidade dos cidadãos, a qualidade do ambiente urbano, a qualificação do espaço público e o desenvolvimento económico que a população de Almada deveria estar a usufruir já de há 3 anos para cá, só hoje é uma realidade. E esta foi possivelmente, a principal “obra” que a CMA fez em todo este projecto!-----

Podemos igualmente ler neste documento, e passo a citar:-----

“O Polis da Costa da Caparica marcou neste mandato o seu desenvolvimento irreversível, e as obras concretas aí estão, no terreno. Teremos, começamos já a ter, uma Costa da Caparica totalmente diferente, qualificada, pronta a contribuir ainda mais para o bem estar e para toda a qualidade de vida das populações, e para o desenvolvimento económico e social do nosso Concelho. Também aqui conseguimos!” – Fim de citação-----

Mas vamos contar os factos como eles são.-----

O Polis da Costa da Caparica foi idealizado e lançado pelo então Ministro do Ambiente, José Sócrates, e esteve parado no período do Governo PSD/CDS, não tendo a Câmara Municipal mostrado grande desagrado durante esse período. Foi novamente o Governo PS a relançar as obras e a fazer do Polis da Costa da Caparica o maior, em termos de investimento e de área de intervenção.-----

A Câmara Municipal, que mais uma vez se mostra aqui como grande impulsionadora deste projecto, sempre que tentou intervir neste processo, não foi pelas melhores razões. Exemplo disso, não esquecido por nenhum de nós, foi a sua proposta de construção de habitação na área do Jardim Urbano, subtraindo aos Almadenses a fruição plena deste espaço que se quer de todos.-----

Ainda na introdução das Grandes Opções do Plano para 2009 podemos ler, e novamente passo a citar:-----

“Almada Nascente – Cidade da Água: é outro desígnio de grande dimensão e alcance estratégico que começa a tomar forma concreta. A sua Inclusão, por decisão do Governo, no Programa do Arco Ribeirinho Sul em Setembro último, representa mais um passo de extraordinária importância no sentido da transformação profunda de uma área crítica do nosso território, e da concretização dos objectivos estratégicos que lhe estão associados. Também aqui podemos dizer que estamos a conseguir!” – Fim de citação.-----

A Câmara Municipal de Almada nunca se mostrou verdadeiramente preocupada com os projectos da frente ribeirinha. Os terrenos da Margueira serão incluídos no projecto de intervenção do Arco Ribeirinho Sul, por iniciativa do Governo PS.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Estas são três obras importantes para o nosso concelho, três obras que o próprio executivo da Câmara considera como projectos estratégicos para o nosso concelho. São três projectos aos quais a Câmara Municipal de Almada, utilizando expressões como “Conseguimos lá chegar!”, “Também aqui conseguimos!” e “Também aqui podemos dizer que estamos a conseguir!”, tenta transmitir a ideia falsa de que estes são projectos seus. Mas se há projectos estratégicos em Almada, como são exemplo estes que acabei de referir, esses projectos têm a marca do Partido Socialista.-----

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados,-----

A maioria CDU na Câmara Municipal de Almada, servindo lógicas de luta político-partidária, aproveita um documento oficial da Autarquia para criticar o Governo e o Partido Socialista. É referido pela Sra. Presidente:-----

“Quase todos os investimentos da responsabilidade da Administração Central, que têm vindo a ser reivindicados insistentemente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, mantêm-se ausentes do PIDDAC para 2009, não integrando as preocupações de investimento do Governo no nosso Concelho” – Fim de citação.-----

Este tipo de afirmações, feitas de forma recorrente ao longo de todo o documento, não são afirmações sérias.-----

Como todos sabemos, Portugal é um país com recursos limitados, tendo os mesmos de ser distribuídos de forma equitativa pelo todo do território nacional. Mas a Sra. Presidente, que tanto gosta de se referir às transferências do Governo Central, deveria tê-lo feito de uma forma um pouco mais séria, tecnicamente credível, analisando de facto aquilo que são as transferências do Governo para o Município de Almada.-----

O Investimento para Almada previsto no PIDDAC para 2009 é de 16,8 milhões de euros. Ao fazer uma análise comparativa com outros concelhos da Península de Setúbal, podemos ver que se trata de um investimento no nosso concelho que é 9 vezes superior ao investimento previsto para o Seixal, 17 vezes superior ao investimento previsto para o Barreiro e 6 vezes superior ao investimento previsto para o Montijo. Para além disso, como a Sra. Presidente sabe, mas prefere ocultar neste seu discurso eleitoral que dá pelo nome de “Introdução das Opções do Plano 2009”, O PIDDAC não é o único instrumento de investimento da Administração Central do Estado.-----

Este executivo camarário, que tanto gosta de reivindicar, esquece-se sempre de referir aquilo que foram as transferências do Governo para o Município do Almada durante este mandato. É bom não esquecer, que este Governo investiu em Almada mais de 300 milhões de euros nos últimos 3 anos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

São exemplo disso o MST, o Polis, a Escola Básica e Integrada de Vale Rosal, a Central de valorização orgânica de resíduos sólidos urbanos da Amarsul (que serve os municípios de Almada e Seixal), a recuperação das escolas secundárias Emídio Navarro e Professor Rui Luís Gomes, o Plano Tecnológico da Educação, a Escola Secundária Romeu Correia, o reforço do cordão dunar das praias da Costa de Caparica, o novo terminal de passageiros da Transtejo na Trafaria, a criação do Tribunal de Menores em Almada, o Programa PARES.-----

Mas isto, ao que parece, não importa dizer. Importa mais, por exemplo, usar expressões como “apenas” quando nos estamos a referir a uma transferência de 7,6 Milhões de Euros para o programa Polis da Costa da Caparica! Apenas... Este valor é “apenas” mais do que o total de investimento previsto no PIDDAC para toda a região autónoma da Madeira... Apenas!

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados,-----

Mais uma vez a Câmara CDU tenta iludir os munícipes, apresentando neste orçamento um valor de investimento camarário maior do que o dos anos anteriores. Diz a Câmara Municipal: “A proposta de Orçamento do Município para 2009, assegura a cobertura de todas as actividades, todos os compromissos assumidos e as novas intervenções decorrentes das Opções do plano, apresentando um volume de investimento na ordem dos 50 milhões de euros...” – Fim de citação-----

Mas este orçamento está baseado numa ficção. E que, ao que parece, o município espera arrecadar 25 milhões de euros para cobrir as despesas de investimento, com o negócio de alienação de terrenos do Município. Como todos sabemos, as condições de mercado não são as melhores, devido à actual conjuntura económica internacional. Não é possível, com os dados que aqui nos são apresentados, levar a sério este valor de investimento, dado que metade do total do investimento se baseia numa incerteza, numa ficção, em algo que ainda não está concretizado e não passa de uma intenção.-----

Para além disso, não nos podemos esquecer que se trata de um orçamento, uma previsão de gastos. O que temos assistido nos últimos anos, são taxas de execução do investimento previsto demasiado baixas. Em 2005 a CMA não investiu mais do que 71,1% do previsto para esse ano, em 2007 concretizou 67,5% do investimento previsto e em 2007 a taxa de execução foi de 76,7%. Este orçamento é portanto, um conjunto de intenções, mas das quais não existem garantias da sua concretização. Mas este ano, em fim de ciclo eleitoral, claro que nos são apresentados números maiores do que o habitual. Resta saber se, de facto, esse investimento será ou não concretizado. Mas como a prestação de contas deste orçamento só será feito no próximo mandato, isso pouco interessa...-----

Sr.^{as} e Srs. Deputados,-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Não é com grande admiração que o Partido Socialista não vê incorporadas neste Orçamento as propostas que fez, no âmbito do Estatuto da Oposição, no quadro de preparação do Orçamento e Opções do Plano do Município de Almada para 2009.-----

Foi neste contexto, que apresentamos à Sra. Presidente no passado mês de Novembro, 3 propostas de “programas” integrados e acções específicas.-----

Em primeiro lugar, foi por nós proposto que fosse criado um Fundo de Incentivo ao Comércio Local, a ser dotado inicialmente por 1 Milhão de euros oriundos do orçamento municipal, e tendo igualmente como receita o produto de uma Taxa Municipal a cobrar às grandes superfícies comerciais, em grande medida responsáveis pela grave crise que vive o comércio tradicional em Almada. Este Fundo iria servir para acções de incentivo ao comércio tradicional, aqui se incluindo iniciativas de cariz promocional, mas também programas de apoio directo, seja por via ao emprego e formação, seja por via de apoio à modernização da actividade de comércio.-----

A segunda proposta que fizemos, foi do Lançamento de um programa de Eliminação de Barreiras Arquitectónicas e de Aumento da Eficiência Energética dos Equipamentos Municipais. Este programa que, por um lado, melhoraria a acessibilidade dos cidadãos aos espaços públicos, promovendo um Concelho Inclusivo e, por outro lado, permitiria contribuir com medidas concretas para o cumprimento do protocolo de Quioto. O programa de eficiência energética que o PS propôs, passaria pela autonomia energética dos edifícios públicos e pela racionalização da frota automóvel municipal, por exemplo.-----

Por último, e no quadro da construção de escolas que decorrerá nos próximos tempos em Almada, fruto do financiamento do QREN, propusemos que as escolas fossem dotadas de equipamentos de última geração, como por exemplo os quadros interactivos.-----

Todas estas medidas apresentadas pelo Partido Socialista não foram aceites. Não sabemos o motivo da sua rejeição, pois não nos foi entregue qualquer tipo de relatório relativo às audiências que a Sra. Presidente fez com os vários grupos da Assembleia Municipal, no âmbito do Direito de Oposição.-----

Mas, uma coisa sabemos: estas seriam propostas que aumentariam significativamente a qualidade de vida no nosso concelho."-----

6.2.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Nesta apreciação das Opções do Plano do Município para 2009, há um elemento fundamental que está sempre presente nas nossas discussões: que opções políticas de fundo assumimos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

na gestão pública? Que modelos de desenvolvimento queremos para o nosso território? Ao serviço de quem e com que objectivos? E evidentemente, com que meios?-----

Estas perguntas, e outras, que podem definir e enquadrar a discussão de um plano autárquico para um ano, traduzem afinal o carácter essencialmente político e ideológico desta discussão e das decisões que ela implica. É que na verdade, em momentos como este, salta bem à vista o significado da nossa afirmação, de que os eleitos da CDU trabalham e intervêm no poder local para resolver problemas concretos e responder a necessidades e aspirações da população - mas desde logo para concretizar e afirmar na prática que é possível optar por uma política alternativa, diferente das que vêm sendo seguidas ano após ano por sucessivos governos e que conduziram este país e este povo à situação terrível que hoje se vê.-----

Quando alguns fazem gala em rejeitar uma opção e uma linha política por ser assente, dizem eles, numa visão marcadamente ideológica, é preciso dizer (mais uma vez) que toda essa conversa é ela própria profundamente ideológica. A ideologia é que é outra! A nossa é de defender um concelho onde o desenvolvimento não esteja só ao serviço de alguns, mas sim de todos, em que a opção seja por políticas solidárias, de causas, de justiça, a favor dos que menos têm e menos podem.-----

As opções do plano para 2009 inscrevem-se numa linha, de facto muito para além do horizonte de um ano. Esperávamos da parte da bancada do PS uma intervenção séria, real e responsável. Mas pela amostra que já tivemos, ainda não é desta que podemos esperar surpresas. Quer em processos decisivos e estruturantes para o Concelho como o MST, o Programa Polis ou Almada Nascente, quer em relação ao PIDDAC - onde o investimento do poder central chega a ficar muito abaixo dos valores de 2002, a verdade é que mais uma vez o PS dá por confirmada aquela tese de má memória que uma mentira repetida mil vezes se há-de tornar verdade. E ao contrário da visão estreita, imediatista (e tantas vezes oportunista) que encontramos por aí, a marca distintiva desta proposta - destas propostas que em cada ano a Assembleia Municipal discute e aprova - está justamente na abordagem integrada, de médio e longo prazo, de uma visão de desenvolvimento que se reflecte, prepara e concretiza, alicerçada numa base de conhecimento, experiência e seriedade e numa perspectiva de futuro.-----

O que estas opções do plano reflectem (tal como todo este mandato e todo este percurso de projecto autárquico da CDU) é uma visão de futuro que aponta para a transformação e para a qualificação do território. Não de uma forma casuística ou incoerente, mas sim com uma abordagem integrada, abrangente, que aliás não perde de vista linhas estratégicas para o desenvolvimento regional, de forma coerente e contando com a participação e o contributo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dos Municípios e das estruturas e organizações que intervêm diariamente no terreno no nosso Concelho.-----

Assim será novamente em 2009, num concelho que se torna cada vez mais atractivo para viver, estudar e trabalhar.-----

Ao afirmar Almada como "Cidade educadora, da cultura e do conhecimento", não estamos só a pensar na consolidação e no trabalho de cooperação estreita com esse que é um dos mais importantes pólos de investigação e ensino superior do país. Não podemos negar que é da maior importância para nós (e até motivo de orgulho enquanto almadenses) o trabalho de inovação e investigação científica que aqui se desenvolve; o facto de instituições de primeira linha a nível internacional tenham escolhido Almada para se instalarem, ganharem dimensão, afirmarem-se a nível mundial.-----

Provavelmente há deputados municipais que não sabem ou não querem saber (ou fazem de conta que não sabem), mas é neste concelho que se desenvolvem projectos tecnológicos de ponta em articulação com o mundo académico, com aplicação na economia nacional e internacional, que colocam este território na encruzilhada do conhecimento e do desenvolvimento. E isso não acontece por acaso, Srs. Deputados Municipais. Acontece porque há um trabalho de muitos anos deste poder local, que implica saber apoiar, saber ouvir, saber propor, que implica perspectivar caminhos de futuro - mesmo que esses caminhos demorem muito tempo a ser percorridos. Não ao ritmo ou no tempo que outros partidos querem - mas de forma realista, ponderada e sustentável.-----

Mas quando falamos de uma Cidade do Conhecimento, falamos de uma aposta forte, desde o primeiro momento, na educação e na qualificação das nossas crianças e jovens. Falamos de preparação para a vida e para um futuro melhor. Falamos de acções previstas nas opções do plano para 2009, com novas bibliotecas, novas escolas, a corresponder com uma oferta reforçada e de qualidade para o nosso Concelho. Mais faríamos se os recursos fossem correctamente disponibilizados a nível nacional.-----

Foi a própria Associação Nacional de Municípios que oportunamente alertou para essa gestão dos fundos comunitários da parte do Governo, com um "oportuno" atraso na QREN que supostamente se aplicava para 2007/2013 mas que na prática está a ser para 2009/2013. É curioso, não é?-----

Falamos de investimento público, Srs. Deputados Municipais. Falamos daquilo que tem faltado - e muito - da parte do Poder Central, com sucessivos governos do PS e do PSD, com ou sem o CDS à mistura, a asfixiar o financiamento público e o serviço público, e a transformar em negócio de milhões para o grande capital e os grupos económicos as mais



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

básicas necessidades da população Falamos de um PIDDAC que serve apenas, sim apenas, para cumprir compromissos financeiros do Programa Polis que a Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço não esperava provavelmente que fossem feitos de borla. A Charneca de Caparica e a Sobreda e a Costa de Caparica em relação à GNR e mais mil euros para o Centro de Arqueologia de Almada.-----

Aliás, o momento em que vivemos é particularmente oportuno para recordarmos o discurso demagógico e neoliberal que quer o PS, quer o PSD recorrentemente trazem a estes debates na Assembleia Municipal. Todo aquele discurso contra o investimento público, defendendo directa ou indirectamente a diminuição ou o desmantelamento de serviços municipais, a acusar a Câmara de estar cheia de dinheiro, é exactamente da mesma família do tal discurso contra o Estado, exigindo e justificando a privatização de sectores inteiros da economia que agora foi rapidamente engolido pelos mesmos do costume, que aparecem agora de mão estendida a pedir ao Estado para que este venha acudir às aflições do grande capital financeiro. Vale a pena perguntar: afinal quem é que defende o rigor nas contas públicas? Quem é que defende uma economia e finanças sustentáveis, sãs e que agora pelos vistos já esqueceu os tais fracos recursos e as dificuldades financeiras que o país atravessa?-----

Em Almada, não seguimos esse caminho que o Governo PS alegremente seguiu, de entregar milhões e milhões para os bancos, continuando a sacrificar os mais vulneráveis, a penalizar os trabalhadores, os jovens, os reformados (a dever três milhões de euros ao Município).-----

Em Almada, as Opções do Plano para 2009 prevêem apoios ao desenvolvimento e à criação de emprego, com isenções de taxas municipais de urbanização para a instalação de empresas, principalmente as indústrias de base tecnológica. Medidas concretas de apoio aos sectores produtivos, justamente o contrário do péssimo exemplo e das políticas criminosas e destruidoras que este Governo PS continua a levar a cabo, mesmo no nosso território, no território do nosso concelho.-----

Veja-se o exemplo do Arsenal do Alfeite, empresa estratégica para o futuro do nosso país e da nossa região. O Governo com as suas decisões ameaça o seu futuro, ameaça os postos de trabalho de centenas de arsenalistas, e indirectamente ameaça o sustento de muitas mais famílias almadenses. Os eleitos da CDU, no poder local, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, continuam a intervir em defesa de um Arsenal público, ligado à Marinha, ao serviço do povo e do país. É disto que falamos quando falamos de emprego.-----

Falamos do comércio local que sofre na pele as políticas económicas ruins deste Governo e de um Partido dito Socialista que no Parlamento nem aceitou propostas de apoio aos comerciantes, face aos impactos da obra do Metro Sul do Tejo. Lá voltamos nós ao mesmo:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

para os bancos, são milhares de milhões em apoios e avales - mas para os pequenos empresários nem uma linha.-----

Enquanto o poder central com este Governo PS foge às suas responsabilidades e deixa a "economia real" ao abandono, em Almada as opções do plano prevêem o apoio às actividades económicas, beneficiando mais de 70% das empresas do concelho com uma isenção de derrama que se aplicará às empresas de facturação mais baixa.-----

É no fundo uma questão de aplicar os recursos públicos, que são de todos, a bem da comunidade, a bem das populações, e não como um privilégio de alguns. É aliás por isso que em Almada se defende os serviços públicos, se trabalha e luta pela sua modernização, e pelo seu futuro, denunciando e combatendo os ataques deste Governo aos trabalhadores da Administrador Local.-----

Para estes trabalhadores, que em cada dia, no terreno, dão o seu melhor, com o seu esforço e profissionalismo, por uma vida sempre melhor para os almadenses, fica uma palavra de saudação e de reconhecimento. E com esta afirmação de que nenhum projecto ficará por cumprir, fica também este desafio para o futuro. Um futuro que se constrói, respondendo à crise com um trabalho que abre novos caminhos. Almada Cidade da Água (Almada Nascente), a transformação profunda na Costa de Caparica, a estratégia de futuro para a Costa da Trafaria, para Almada Poente. Com a luta que prosseguirá aos diversos níveis de intervenção pela ligação do MST e outros projectos estruturantes para o futuro do nosso Concelho.-----

Com estes desafios para o futuro, com uma visão estratégica ancorada em importantes (e estruturantes) investimentos, mas com a atenção dedicada à pequena obra e às soluções concretas para os problemas, temos então uma proposta de Opções do Plano que coloca o ano de 2009: como corolário e momento de concretização de projectos decisivos, mas também no arranque e nas primeiras etapas, de novos caminhos para a nova década que há-de vir."-----

6.2.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Entramos em breve no último ano do actual mandato de maioria CDU. Entramos igualmente no tempo de balanço para um final de ano de 2008 perspectivando 2009, com o documento que agora se nos apresenta e que ditará as prioridades que se pretendem para o nosso Concelho.-----

Reportando-nos ao programa eleitoral da CDU em 2005, permitam-me extrair algumas alíneas dos objectivos então sufragados. "Para 2005-2009 novas ambições existem para



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Almada, que radicam numa visão estratégica que aposta nos territórios de excelência, de forte potencial de desenvolvimento económico que vão impulsionar processos de revitalização económica e a competitividade de Almada no contexto das principais cidades portuguesas".---
No mínimo como balanço deveríamos dizer que estamos muito aquém desta visão.-----
Para o ano de 2009, a maioria governo em Almada releva a Cidade Educadora. Sem dúvida, que temos motivos para territorialmente nos diferenciarmos pela qualificação das infra-estruturas de educação, fundamentalmente ao nível do Ensino Básico.-----
Sem dúvida que o acesso á educação é um dos principais motores de qualificação de um país, gerador de conhecimento e alavanca de processos de inovação e criatividade.-----
Sem dúvida que acompanhamos a aposta estratégica aqui colocada.-----
No entanto uma Autarquia não deve terminar o seu alcance qualificador nas infra-estruturas.--
Almada sofre do ónus de ser uma cidade onde se geram movimentos pendulares de mobilidade, associados ao deficit de criação de desenvolvimento económico.-----
Não fugindo à temática apresentada para 2009, urge dizer que também na cidade educadora é obrigatório criar a cidade empregadora.-----
Se os Programas Eleitorais enquadram acções para quatro anos, é necessário dizer que não é saudável existir num, Orçamento Anual, uma abstracção do contexto sócio-económico em que o país se encontra.-----
Neste documento para 2009, o que se verifica é um deserto de acções na atenção que também uma Autarquia, como unidade mais próxima da população, deve ter aos fenómenos de perda de emprego e de dificuldade de gestão corrente dos emagrecidos orçamentos familiares.-----
Seria fundamental a Autarquia dar sinais de estar atenta ao difícil contexto em que 2009 se vai desenvolver.-----
Muitas vezes não são necessários grandes desvios orçamentais ou estratégicos.-----
Muitas vezes é com as pequenas palavras que se escrevem os melhores textos, e o Município tem por obrigação juntar às tímidas medidas avulso, sinais inequívocos de, por exemplo, finalização e entrada em funcionamento das novas instalações do Madan Parque, criação de vontades estratégicas na construção de pontes de diálogo com as restantes Administrações do território na implementação rápida mas sustentada da requalificação das frentes ribeirinhas, reforço dos canais de contacto entre a cidade educadora e a cidade empregadora.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Perde-se uma vez mais a oportunidade de se ser ambicioso na colocação de Almada no mapa das cidades empregadoras, competitivas, pólos de atracção da verdadeira qualidade de vida.-----

Passaram mais de três anos, e continuamos a marcar passo no desenvolvimento, investigando em projectos e intenções, sempre para o amanhã, enquanto na luta da competitividade perdemos o presente e já não recuperamos o passado.-----

É por gostarmos de Almada, vivermos em Almada e lutarmos por Almada que em desilusão vemos ano após ano o nosso território deixar sair o conhecimento e não retermos o desenvolvimento.-----

Salvam-se raras e conhecidas excepções que sendo muito poucas, também muito teriam a ganhar na escalabilidade de exemplos se existisse um vector de decisão Autárquica verdadeiramente ao lado do desenvolvimento."-----

6.2.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Apesar dos sérios constrangimentos estruturais, que afectam todas as autarquias portuguesas, também na área da educação e do ensino, no município de Almada tem se vindo a construir uma política educativa cada vez mais consistente e coerente, conduzida com rigor, firmeza e orientação estratégica bem definida. O balanço do presente mandato, que já é possível desenhar e as opções do Plano 2009 confirmam que, também neste âmbito a autarquia cumpre cabalmente e transcende significativamente as estritas competências atribuídas ao poder local.-----

Refira-se o muito significativo e bem planeado investimento com o objectivo da expansão e qualificação dos recursos educativos materiais.-----

No que respeita ao parque escolar, o plano de intervenção integrada encontra-se definido desde 2001, assumindo a Câmara Municipal, directamente intervenção sistematizada, com resultados brilhantes neste mandato. Para além de muitas intervenções e obras de ampliação, no que respeita à construção de novas escolas, o mandato apresentará um balanço de nove estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do básico, o plano 2009 aponta para a conclusão de cinco escolas do 1º ciclo, com valência de jardim de infância. Refira-se a elevada qualidade das intervenções, tipologias adequadas às novas exigências educativas e antecipação em um ano do plano previsto para a sua concretização, assim como a edificação de mais uma escola do que o inicialmente previsto (na Aroeira).-----

O sistema de apoio social escolar continuará a ser assegurado e consolidado, através dos refeitórios escolares, sendo de salientar o enorme esforço na consolidação da capacidade de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

resposta a este nível, quer pela sua criação e garantia material de funcionamento, quer pelo subsídio ou fornecimento gratuito de refeições aos alunos carenciados, através do programa de apoio alimentar, quer ainda pelo pesado encargo de transferência de verbas para a contratação de pessoal. Continuará a ser garantido o transporte escolar e a funcionar o transporte adaptado a alunos deficientes das escolas públicas do básico. Mantém-se a atribuição de bolsas a alunos do ensino superior.-----

Pode em suma concluir-se a garantia da continuidade e aprofundamento de uma intervenção de discriminação positiva que contribui de forma determinada para atenuar as enormes diferenças de oportunidades de acesso e sucesso que os sistemas económico e social e de ensino geram no nosso país.-----

O Plano de Acção Cultural (PAC) vai prosseguir, garantindo os excelentes resultados até agora obtidos na participação das escolas em acções culturais e educativas inseridas nas realidades locais e na educação ambiental e para a cidadania.-----

Prosseguirá a participação na Rede Territorial Portuguesa e na Associação Internacional das Cidades Educadoras e o abraço solidário a Kwanza Sul.-----

Aprofundar-se-á a ligação com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL. Será instituído o Prémio Investigação Cidade de Almada. O Município afirma-se no Programa Erasmus, em articulação com as escolas do ensino superior, promovendo a mobilidade de estudantes a nível europeu. Será criado o Observatório da Educação.-----

Em síntese, podemos constatar a progressiva confirmação da intervenção do município nesta área, fazendo da educação cada vez mais um factor transversal a todo o desenvolvimento, ganhando espessura a construção progressiva de uma cidade que se afirma Educadora e do Conhecimento.-----

As realizações do município de Almada no âmbito da educação apresentam resultados de excelência que se projectam nas opções do Plano 2009, com o aprofundamento de novas intervenções e evidenciam a necessidade da exigência à administração central de condições adequadas, legalmente previstas, o que pressupõe clarificação, celeridade, eficácia e justiça na repartição dos recursos necessários ao exercício das competências definidas entre a administração central e local, para que o Estado assuma, no seu todo, de modo coerente e estruturado, aos diversos níveis, as responsabilidades que não pode alienar perante a educação. As opções do Plano e o orçamento para 2009 nesta área, na continuidade e aprofundamento de uma intervenção de grande qualidade e politicamente empenhada, dão-nos a garantia da decisiva contribuição do município, muito para além do cumprimento das suas obrigações específicas, para o sistema educativo público de qualidade."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.2.2.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre:-----
"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----
Começo por citar o Plano na sua página 8, (em suporte de papel):-----
Ao nível do sistema educativo, cultural e desportivo, as actividades contidas neste Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2009 assumem uma importância e significado muitíssimo especiais.-----
A nossa expectativa é que sejam mesmo "muitíssimo especiais", pois a execução orçamental nesta mesma área, da Educação, Cultura, Desporto e Equipamentos Sociais foi apenas de 53%, no ano de 2007.-----
Será que podemos acreditar que agora será diferente?-----
Volto a citar:-----
Cinco novas Escolas Básicas do 1º Ciclo com valência de Jardim-de-Infância serão concluídas em 2009, consolidando gradualmente as condições para o funcionamento da Escola a Tempo Inteiro em Almada.-----
Tanto quanto foi anunciado, estas 5 novas escolas resolverão problemas na Trafaria, no Pragal, em S. João da Caparica, em Almada e em Vale Figueira.-----
E na Charneca, Senhora Presidente, para quando a construção de uma nova Escola Básica Integrada até ao 9º ano que, de acordo com a evolução demográfica daquela Freguesia, é já hoje uma necessidade evidente?-----
Para aquele objectivo verificamos, pois que na Charneca para a Escola a Tempo Inteiro, faltam 20 salas de aula do 1º ciclo e contudo a previsão neste Plano é a da necessidade de uma Escola Secundária que se mostra hoje não ser verdadeira.-----
O que se mostrou necessário foi que a rede de transportes entre a Charneca e Vale Figueira fosse actualizada, melhorada, com horários e percursos adequados à população, para que os jovens possam frequentar a Escola Secundária Daniel Sampaio que está longe de ter ocupação plena.-----
Onde a carência está demonstrada é no pré-escolar, competência da autarquia, cujos equipamentos públicos não conseguem aceitar crianças de 3 e 4 anos, e em que a resposta existente mal chega para as crianças de 5 anos.-----
Não fora a rede solidária e a particular e as nossas crianças só teriam pré-escolar aos 5 anos. Por que não aproveitar os 150 milhões de euros desbloqueados pelo Conselho de Ministros na 6ª feira passada e destinados a esses investimentos, que dispensam qualquer formalidade para além do compromisso de finalização da obra até ao próximo Dezembro?"-----

6.2.2.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente deu a palavra à Sr.^a Deputada Luísa Ramos o que não está certo. Há um compromisso assumido em reunião de Representantes de que a palavra é dada por ordem das inscrições, em sequência."-----

6.2.2.8 - O Sr. Presidente da Assembleia:-----

"Sr.^a Deputada Municipal não foi bem isso, o que ficou visto é que nos debates normais se respeita a ordem das inscrições. Neste caso a CDU pediu que não houvesse duas intervenções seguidas da CDU."-----

6.2.2.9 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, estão aqui os representantes que estiveram na reunião em que ficou combinado que se respeitaria essa ordem de inscrições, quando há um pedido de intervenção sequencial que deve ser respeitado e certamente há aqui outras pessoas que o podem confirmar."-----

6.2.2.10 - O Sr. Presidente da Assembleia:-----

"Sr.^a Deputada Municipal não vamos perder mais tempo. O que estou a dizer é que nestes debates desde que um Grupo Municipal, como foi o caso da CDU, peça para as suas inscrições de uso da palavra não sejam seguidas, tem que se cumprir o Regimento. Foi feito para o uso da palavra do Sr. Deputado Luís Varela Pais entre dois eleitos da CDU. Depois o PS inscreveu um conjunto de eleitos seus que por ordem são Ruben Raposo, Vitor Castanheira, Amadeu Vaz, mas dado o pedido da CDU deu a palavra à Sr.^a Deputada e voltei a dar a palavra a um Eleito da CDU, neste caso a Deputada Luísa Ramos."-----

6.2.2.11 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, não é a primeira vez que isto acontece e não é isso que está combinado."---

6.2.2.12 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Eu vou abordar uma questão de uma linha estratégica que para nós é muito importante também, aliás dentro do conjunto das seis linhas estratégicas deste Plano, que é a criação de novas formas de mobilidade sustentável para melhorar as acessibilidades e o estacionamento. Destaco dentro deste conjunto de linhas e de opções a sistematização dos vários componentes para que se encontre uma articulação coerente entre eles. Vai mais longe na medida em que assume uma postura de cooperação com as várias entidades, Poder Central, Entidades Públicas e Privadas, no sentido de se continuar a desenvolver e melhorar o Plano de Mobilidade Acessibilidades 21 e a sua segunda fase. Desde logo contribui de uma forma decisiva e no que toca aos transportes colectivos para a extensão do Metro à Costa e à Trafaria. A introdução de "Flexibus" enquanto modo de transporte de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

proximidade. Também destaco como aspecto inovador aquilo que é o trabalho no sentido de desenvolver o programa e estudos prévios da Casa da Mobilidade. Creio que é aqui de facto uma inovação que pode dar um contributo muito importante a esta questão da mobilidade e dos transportes colectivos.-----

Mas também esta afirmação de dinamizar a intervenção da Comissão Municipal de Trânsito e Transportes de forma a contribuir para a qualificação do transporte público. Portanto, quando se fala de que a Câmara, como se fosse competência e responsabilidade e digamos competência exclusiva da autarquia melhorar o transporte público ou até o preço dos Passes Sociais e de qualquer outro tipo de transportes, ou é não conhecerem as competências da autarquia ou querer desresponsabilizar o Governo do Partido Socialista.----

Mas, relativamente a esta questão da Comissão Municipal de Trânsito e Transportes se fosse possível a CDU sugeria que também se pudesse regularmente incluir aqui o movimento dos utentes enquanto parceiros nesta frente tão importante com a visão do utente que também deve ser tido em conta. E ainda contribuir para, no quadro da Área Metropolitana de Lisboa, para que a Autoridade Metropolitana de Transportes em conjugação com os Municípios desta Região possa de facto ser um instrumento de coordenação e articulação dos transportes públicos de forma participada e não imposta. Obviamente que será aqui e através desta Autoridade Metropolitana que poderemos esperar um sistema tarifário integrado a todos os operadores e a um preço socialmente justo. Creio que o Bloco de Esquerda não tem razão quando refere e como se fosse uma competência da autarquia fixar o preço dos Passes Sociais e outros títulos de transporte e até quem aceite ou não o Passe Social nas suas carreiras. Por aqui não deve ser com certeza a razão porque ela não é justa, não é séria e não é correcta, votar contra estas Opções do Plano. Como também não esquece e saliento o Plano das Acessibilidades Rodoviárias, um conjunto de intervenções que visam melhora-las, como por exemplo a ligação Porto Brandão - Banática e Costa de Cão. Como também não esquece os Parques de Estacionamento público, melhorando, disciplinando a sua gestão através da ECALMA o estacionamento em superfície.-----

Finalmente as oito prioridades para colocar junto ao Governo é indicador que já se está a lançar o futuro do Concelho sendo que algumas já poderiam ser realidades, assim houvesse por parte do Poder Central mais vontade política para assegurar o bem-estar, a qualidade de vida de quem vive e trabalha em Almada. Creio que os Munícipes de Almada, vêm neste Programa e nestas Grandes Opções quando tiverem conhecimento das Propostas desta autarquia, mais um instrumento para qualificar, para melhorar a sua qualidade de vida,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

enfim tão penalizada pelas políticas que estão a ser seguidas pelo Governo PS de empobrecimento diário de toda a gente."-----

6.2.2.13 - O Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

O desígnio económico e social de Almada é um desígnio municipal baseado na vontade dos Almadenses e no querer das quatro forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal de Almada.-----

Registamos com agrado o acolhimento pelo Executivo Camarário das ideias socialistas em matéria de estímulo ao desenvolvimento de áreas de actividade económica diversificadas, geradoras de emprego, agora introduzidas nas Opções do Plano 2009 e plasmadas na Introdução ao Documento, quiçá o Testamento Político da Presidente da Câmara.-----

São elas:-----

- a isenção total da taxa municipal de urbanização na instalação de empresas que se enquadrem no domínio das indústrias de base tecnológica e a isenção em 80% na instalação de outros empreendimentos industriais ou turísticos que se venham a fixar no nosso Concelho;-----

- a isenção da Derrama anual de todas as actividades económicas objecto da cobrança do IRC, cuja facturação não excede os 150.000 Euros em 2008.-----

Falemos agora do presente que importa acautelar e salvar. E o presente são os Comerciantes locais.-----

A Câmara Municipal goza de boa saúde financeira. Tal constata-se nos documentos de prestação de contas escrutinados pelos deputados e os cartazes publicitários que aludem a essa ideia que encheram de confiança os Almadenses que os viram.-----

Com base na boa saúde financeira os socialistas propuseram em sede de estatuto de oposição e propõem agora aqui:-----

- A criação dum Fundo de Incentivo ao Comércio Tradicional, a ser dotado inicialmente com um milhão de euros oriundos do orçamento municipal e tendo como receita o produto de uma Taxa Municipal a cobrar às grandes superfícies comerciais, em grande medida responsáveis pela grave crise que vive o comércio tradicional em Almada.-----

O Fundo servirá para acções de incentivo ao comércio tradicional, aqui se incluindo iniciativas de cariz promocional, mas também programas de apoio directo, seja por via do apoio ao emprego e formação, seja por via de apoio à modernização da actividade do comércio.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A resposta oferecida nas Opções do Plano é pobre. Em colaboração com a Associação dos Comerciantes, a Câmara propõe um conjunto de iniciativas como "o Almada Moda Jovem", o "Concurso de gastronomia", Compre em Casa, Compre no Concelho de Almada" bem como a divulgação da Marca "Almada Centro - Shopping e Lazer".-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almada,-----

Senhoras e Senhores Vereadores,-----

As iniciativas propostas são boas, mas insuficientes!-----

A crise é muito mais profunda! A terapêutica a ser adoptada tem de ser mais forte!-----

O Executivo camarário está disposto a aceitar como seu o Fundo de Incentivo ao Comércio Tradicional, em nome do princípio da coesão social?-----

Falemos agora do futuro.-----

Nas Opções do Plano para 2009 lê-se que «a promoção do desenvolvimento económico passará também pelo contributo aturado e permanente para o reforço do Pólo Tecnológico e de Empresas de Inovação (no quadro do Madan Parque)». «pela concretização dum Pólo de Indústrias criativas a fixar no Ginjal/Cacilhas» e «pelo Gabinete à Criação de Emprego e Captação de Investimento, com projectos concluídos e a materializar».-----

Em face da citação, importa questionar o Executivo Camarário:-----

a) quantas são as empresas identificadas pelo Gabinete à Criação de Emprego e Captação de Investimento, qual a facturação potencial, quantos postos de trabalho vão criar?-----

b) quantas empresas estão identificadas para o Pólo de Indústrias criativas no Ginjal, Cacilhas? Qual o valor da facturação previsível? Quantos postos de trabalho vão ser criados?-----

c) quantas empresas estão identificadas para o Pólo Tecnológico no Madan Parque? Qual a facturação previsível? Quantos postos de trabalho vão criar?-----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almada,-----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,-----

A Câmara Municipal não se pode substituir à iniciativa privada ou pública na criação de empresas.-----

Mas pode criar um quadro que torne atractivo e mais competitivo viver, investir e trabalhar em Almada do que em outros Municípios vizinhos da Área Metropolitana de Lisboa.-----

O quadro fiscal na perspectiva de incentivo ao investimento é bom, embora ainda haja espaço para fazer pequenas melhorias.-----

Mas para atrair empresas para Almada é também preciso disponibilizar espaços adequados à instalação de actividades exigentes em condições materiais e imateriais.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Estamos a rever o P.D.M.. O Executivo pode informar a Assembleia Municipal onde estão situados os novos espaços destinados ao novo tecido empresarial?-----

Uma última condição: Para atrair empresas para Almada importa que a Cidade e o Concelho disponham de boas acessibilidades.-----

Importa expandir e qualificar a rede rodoviária no sentido de melhorar o serviço aos Municípios e aos novos e antigos espaços empresariais, que entretanto cresceram.-----

mas falar de acessibilidades é falar da necessidade dum ligação rodoviária nova que ligue a Trafaria a Algés.-----

Mesmo com a nova ponte Chelas - Barreiro, a velha ponte 25 de Abril vai continuar saturada.-----

Acresce que 70% do tráfego que passa pela ponte 25 de Abril se dirige a Oeiras, Cascais, Sintra e Mafra.-----

Os Socialistas de Almada na última campanha eleitoral reivindicaram uma nova ligação rodoviária (ponte ou túnel) que ligasse a Trafaria a Algés.-----

Esta reivindicação continua actual e é condição necessária e suficiente para Almada ter capacidade de atrair empresas modernas, de elevado potencial tecnológico e geradoras de enorme valor acrescentado.-----

Com esta ligação, a prazo, Almada iria rivalizar com Oeiras, como Cidade metropolitana capaz de atrair a modernidade.-----

Quer o Executivo Camarário juntar a sua voz a esta reivindicação socialista, por amor de Almada?"-----

6.2.2.14 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

A quarta linha estratégica das Opções do Plano e Orçamento para 2009, cuja epigrafe e a de criar oportunidades para a juventude, desenvolver e aprofundar a solidariedade e segurança de todos entre outras manifestações de intenção propõe fazer do Concelho de Almada um terreno solidário e de bem-estar social desenvolvendo políticas municipais que visam a integração e dignificação dos grupos sociais mais vulneráveis. Nada temos a obstar a este propósito. Assim, atentos ao documento apresentado com o titulo de primeira década do milénio, dez anos, procuramos nos vinte e três pontos ai indicados o conteúdo das políticas municipais previstas para a conservação deste objectivo, e na maior parte dos casos confessamos alguma dificuldade em perceber quando é que acaba a simples manifestação de intenção, a vontade de implementar a participação na implementação, o apoio à implementação etc.. Isso prevê as necessárias acções concretas. Ora um destes



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

casos é precisamente o da toxicodependência. Neste sentido o Partido Socialista não pode deixar de questionar o seguinte; está ou não implementado o Plano Municipal para a prevenção das toxicodependências? E em caso afirmativo qual o seu conteúdo?"-----

6.2.2.15 - O Sr. Deputado Municipal Amadeu Vaz:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Fico particularmente satisfeito por ver pela primeira vez que a Sr.^a Presidente se lembrou da Casa da Coroa da Costa de Caparica. É uma reivindicação antiga das pessoas, muitos habitantes da Costa de Caparica que, posso-lhe até dizer que há pessoas que recusam passar ali por ver de facto aquele terreno abandonado. Gostaria que a Sr.^a Presidente se soubesse dizer onde é que pára o brasão que salvo erro foi dado por D. João VI em 1824 se não estou enganado mas também não importa muito a data, gostaríamos de saber se de facto ainda existe esse brasão e gostaria de saber já agora mais uma vez reivindicar, já falei disto várias vezes, se não teria cabimento neste Orçamento e uma vez que se está a desenvolver a CostaPolis, e que vai mexer na Casa da Coroa, a Rua dos Pescadores, que de facto está a ficar bastante deteriorada. Merecia de facto a Costa de Caparica um bocadinho mais de atenção. E já agora queria também reivindicar para a Charneca de Caparica que tanto dinheiro tem gasto a recuperar os monos na Charneca, só este ano salvo erro até Setembro são volta de quatrocentas toneladas, fez um grande esforço para comprar um carro de doze toneladas quando só tem um de seis como todas as restantes Freguesias, ora a Charneca com a volta de 33% do território de Almada, acho que merecia muito mais e não ser comparada às restantes Freguesias só com um carro de seis toneladas.-----

E quero aqui elogiar a Junta pelo grande esforço que fez na compra de um carro de doze toneladas, porque efectivamente este dinheiro podia transitar para outras melhorias, mas efectivamente que despender deste dinheiro para conseguir levar a bom termo aquele trabalho que muitas vezes competia à Câmara de Almada. Por favor Sr.^a Presidente não se esqueça da Charneca que é muito território, há muito menos nesta altura do ano para recuperar. Não me queria alongar mais para dar mais tempo aos meus Camaradas."-----

6.2.2.16 - O Sr. Deputado Municipal Francisco Guerreiro:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Gostaria, em primeiro lugar, de saudar a Câmara Municipal bem como os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, pela forma como os respectivos documentos referentes às Opções do Plano para 2009, estão estruturados; tanto pela sua clareza como pela sua objectividade.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ao analisar os referidos documentos, é com grande satisfação que se verifica uma marcada continuidade nas preocupações ambientais, por parte do município, a qual se reflecte nas políticas desenvolvidas pela Câmara e pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; e que abrangem as várias Divisões e Departamentos da Autarquia.-----

Gostaria de salientar alguns pontos que me parecem bem demonstrativos da implementação de um modelo de desenvolvimento, assumido há muito pela Câmara Municipal de Almada, em que o Ambiente e a Sustentabilidade são encarados como um dos grandes pilares para o Desenvolvimento de um futuro melhor para o Concelho e para os Almadenses...-----

No que concerne ao Planeamento do território, há que realçar Revisão do Plano Director Municipal, a qual acautelar os diferentes Planos de Pormenor em curso no Concelho e, tanto quanto possível, irá interagir com o processo de alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território.-----

Nesta matéria, 2009 será marcado por grandes desenvolvimentos a nível do Planeamento já em curso, bem como pela emergência de novos instrumentos de gestão territorial.-----

A realização do Estudo e Diagnóstico Prospectivo e Plano de Pormenor para a Fonte da Telha, tendo em vista a concretização das transformações definidas no "Plano de Acção para o Litoral 2007-2013", merece ser realçado, assim como a implementação do Plano de Urbanização "Almada Nascente - Cidade da Água", enquanto projecto estratégico de interesse nacional.-----

No que diz respeito ao Programa Polis da Costa de Caparica, é de realçar, tendo em vista a concretização de todas as intervenções previstas no Plano de Desenvolvimento Estratégico, dentro do horizonte estabelecido; o início de várias obras, no seguimento dos projectos referentes aos Planos de Pormenor já aprovados.-----

De referir também a continuação das obras na Frente Urbana de Praias e o desenvolvimento, em parceria com o Instituto do Desporto, de um projecto para a criação de um "Centro de Alto Rendimento do Surf".-----

Destaque-se ainda, no âmbito do Programa Polis, a disponibilização ao público em geral, do novo Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, como contributo para o aumento e melhoria da consciência ambiental e ecológica por parte dos cidadãos.-----

No domínio do controlo, monitorização, gestão e sensibilização ambientais, refira-se como importantes e significativos contributos na salvaguarda e valorização do património ambiental: o prosseguimento do processo de monitorização dos gases com efeito de estufa, componente fundamental da Estratégia Local para as Alterações Climáticas; a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

monitorização sistemática dos indicadores ambientais de ruído, clima e pegada ecológica; bem como os projectos e programas de conservação e valorização do património natural, da higiene, limpeza e salubridade urbanas, da reciclagem e reutilização de materiais, do comércio justo, da solidariedade e da mobilidade sustentável e da energia.-----

Também, no que se refere à melhoria do desempenho ambiental das actividades da Câmara, em termos de eliminação de desperdícios, de rentabilização de recursos e de redução da pressão ambiental resultante da sua actividade; verifica-se que a qualificação do serviço público continua a ser uma realidade nos serviços da Autarquia, através do prosseguimento do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS).-----

O alcance das propostas contidas nas "Opções do Plano para 2009", trazidos aqui pela Câmara Municipal, estende-se muito para além do horizonte de um ano de actividade, contribuindo fortemente para que o futuro do nosso Concelho seja marcado por um desenvolvimento que se quer sustentável, não só ao nível da prosperidade económica e da equidade social, como também do ponto de vista da protecção dos valores ambientais.-----

6.2.2.17 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Muito se tem discutido sobre o que foi, o que é, e o que pode ser Almada e a vida de cada Almadense. Muito se tem debatido sobre a forma de desenvolver esta nossa terra que é a nossa paixão. Muito se tem falado, mas na altura em que se entra no último ano deste mandato autárquico importa avaliar os propósitos que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de 2009 contemplam, e com isto, fazer um balanço sistémico do que tem sido oferecido pelos actuais responsáveis políticos ao todo da nossa Terra e ao longo dos muitos anos que levam à frente da gestão da nossa Autarquia.-----

Quando iniciámos este mandato, o PSD apresentou como as suas principais prioridades estratégicas para Almada a Revitalização da Actividade Económica e Empresarial, a Requalificação do nosso Território, o combate à exclusão social e o desafio de abraçar o desígnio de uma Cidadania mais participativa, mais respeitadora e mais capaz de ajudar a potenciar o desenvolvimento civilizacional do nosso concelho. Quando iniciámos este mandato que nos foi confiado pelas mulheres e pelos homens da nossa Terra, sabíamos que não tínhamos a força da maioria eleitoral, mas procurámos respeitar e trabalhar ao lado de todos os Almadenses, independentemente se em nós votaram, pois no nosso entender, o dever de autarca está alicerçado na representação de todos, sem excepção, e na batalha pela melhoria da sua qualidade de vida.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ao longo deste trajecto, quisemos estar ao lado de todos os cidadãos na construção do Futuro de Almada.-----

Apesar de existir uma maioria pouco flexível, pouco aberta ao debate construtivo, raramente disponível para viabilizar boas propostas apenas porque são originárias de outros representantes que não os seus correlegionários, o PSD nunca desistiu, apresentou as suas propostas, e continuou a procurar ser a voz de todos aqueles que não têm voz, a ser o amparo de todos aqueles que vivem dentro da Almada escondida e menos publicitada que mostra que há quem tenha dificuldades em viver, a ser o porta voz de todos aqueles que sentem que Almada pode, e deve, ser uma Terra diferente.-----

Fizemo-lo com respeito por quem ganhou e tem legitimidade para conduzir a gestão da nossa Autarquia, mas com a audácia, a coragem e a determinação de quem, como nós, sente que Almada podia ser muito mais viva, muito mais rica, bastante mais solidária, e profundamente mais capaz de fazer sorrir todos os Almadenses que cá vivem.-----

E na altura em que temos que analisar o último Orçamento e Opções do Plano deste ciclo autárquico, importa avaliar estes documentos com a perspectiva ampla do que Almada tem sido e que opções temos testemunhado por parte da actual maioria.-----

E analisar este documento e os valores estratégicos que lhe estão subjacente, é também procurar ver para além da fachada, da propaganda, da festa e do foguetório, para além da política do berro e da claque. É almejar mostrar que há uma Almada que nos é anunciada e outra Almada que é por nós vivida.-----

Será que em Almada se vive hoje melhor do que se poderia viver? Será que passados estes anos, em Almada há mais emprego qualificado e que seja daquele que alavanca a criação de valor acrescentado? Será que na nossa Terra existe um território que nos encha de orgulho pela sua segurança, organização e harmonia? Será que nestes anos, cada um dos nossos cidadãos pôde viver e sentir Almada? Almada mudou muito, é verdade. Mas será que mudou para melhor?-----

Almada cresceu, é indesmentível. Mas alguém verdadeiramente acha que nos desenvolvemos como deveríamos?-----

Será que alguém consegue esconder que depois de tantas décadas de poder comunista nesta Autarquia, temos áreas fundamentais do concelho que viram pouco mais do que maquetas, intenções e exposições virtuais?-----

Será que a Fonte da Telha não é Almada?-----

Será que a Trafaria não merecia outra atenção?-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Será que o facto dos terrenos no 2º Torrão não serem camarários, torna admissível que ainda haja barracas em Almada?-----

Onde está a centralidade prometida na Charneca e que hoje se verifica continua assente no mesmo terreno lamacento e baldio onde há anos se anunciava pomposamente o futuro?

Será que Depois de quase uma década de abandono dos terrenos da Margueira, os Almadenses acham que uma Cidade da Água virtual lhes devolveu a ligação ao Rio?-----

Quando se resolve a situação das Áreas de Génese Ilegal sobretudo na Charneca da Caparica?-----

Quando se implementa um verdadeiro conceito de mobilidade no nosso concelho?-----

Onde está a requalificação urbana e a revitalização da zona ribeirinha?-----

Onde está a recuperação estruturada, planeada e integrada do nosso parque habitacional?--

Onde estão os Investimentos que trouxessem grandes negócios para o concelho e de forma que a riqueza aqui produzida fosse indutora de Emprego, de Inclusão e Harmonia Social?----

Onde estão as respostas estruturantes e adequadas para a morte lenta, dramática e brutal do nosso comércio local?-----

Será que alguém consegue anunciar que os almadenses continuam a sentir e viver Almada?-----

Será que alguém consegue encontrar um Caminho de Desenvolvimento Sustentado em que uma mesma maioria tem tantas oportunidades ao longo de tantos anos, mas temos tantos pontos de interrogação sobre o porquê de tanto estar por fazer?-----

Será que não vai sendo tempo de vermos com mais cuidado para além da cortina da publicidade, da propaganda institucional, da festa e da animação?-----

Será que não vai sendo altura de recordarmos a Almada que a actual maioria foi eleita apenas por 1/5 dos eleitores, pelo que é tempo da verdadeira maioria participar na reflexão do que tem sido o presente da nossa Terra, e ajudar a mudar e decidir um Novo Caminho, feito por Novos Valores, Novos Ideais, uma Nova Forma de Trabalhar, de Ouvir e de Representar os Almadenses?-----

Para nós é claro que os muitos anos que esta maioria leva, trouxe mais crescimento do que desenvolvimento; ofereceu muito mais problemas do que soluções; Beneficiou de um volume de receitas muito significativo que não foram reinvestidos como Almada precisava e merecia; A política do mealheiro serviu ao longo dos anos para promover o enriquecimento da Câmara à custa da qualidade de vida dos Almadenses; A Câmara tem vivido no paraíso da riqueza financeira ao mesmo tempo que não se preocupa em agir para retirar as famílias do inferno em que se encontra a sua vivência;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em muitas décadas de poder comunista na Câmara de Almada, houve receitas avultadas que teriam permitir erguer um concelho muito diferente.-----

E seja ao longo dos anos que levam de governação, seja no Plano de Actividades e Orçamento para 2009, não vemos nenhuma capacidade reformadora, audaz e humanista.---

Não é reformadora, porque nunca se testemunhou, e agora não se vislumbra, qualquer tentativa de reformular o nosso tecido económico e empresarial de modo a ter em Almada, empresas que em menos espaço, produzam mais riqueza, riqueza essa, que trará sempre externalidades positivas para a vida das pessoas, pois serão mais os empregos, e logo, maior a harmonia social.-----

Fala-se muito em apoio à fixação da Actividade Económica em Almada. O PSD tem feito desta área uma das suas bandeiras, pois em 3 décadas nunca se viu qualquer política inovadora da actual maioria que trouxesse grandes investimentos que fossem geradores de riqueza por serem capazes de gerar valor acrescentado.-----

No orçamento para 2009, e nesta área, vemos que a Autarquia planeia gastar 172.500€, e que em 2008 gastou cerca de 15.750€, o que mostra bem a falta de ambição, de querer, e a pouca vontade e capacidade de apostar e concretizar a atracção de Investimento para o concelho.-----

Não basta dizer que se quer atrair empresas de base tecnológica, como agora a maioria o afirma (acordando tarde para algo que já deveria ter dito e feito há muitos anos). Importa saber - como? Com que instrumentos? E sobretudo com instrumentos que sejam verdadeiras mais valias e vantagens competitivas e não fazer aquilo que Concelhos vizinhos já praticaram há muitos anos. Com que contrapartidas? E para quando?-----

A actual maioria, não é também audaz no conceito de cidade que deseja construir. Importa perguntar - Como é que é possível aceitar que em mais de 3 décadas esta maioria tenha pecado por omissão na requalificação da frente atlântica, da frente ribeirinha (desde a Trafaria à Margueira), e da reorganização do espaço público urbano?-----

No Orçamento de 2009 onde está a concretização da Centralidade da Charneca? Onde está a requalificação urbana e integrada da zona de Almada Centro? Onde está a concretização de um verdadeiro Plano de Apoio à Requalificação do nosso Comércio Local? Não é com sacos que se distribui e promove o Concelho e o Comércio Local. Onde está um verdadeiro Plano de Inclusão Social e Profissional das Famílias Desfavorecidas de Almada? Onde está? No Orçamento certamente não é.-----

A isto se junta o facto de termos, actualmente, uma maioria comunista que prefere esconder de todos os Almadenses as misérias profundas que ainda temos. O facto de não assumir de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

frente esta realidade apresentando e concretizando uma verdadeira Acção que vise trazer para a Sociedade cidadãos que hoje se sentem à margem e espezinhados por ela, mostra bem que a actual maioria falta de humanismo.-----

Mas mais grave do que isto, é testemunharmos a forma irresponsável como este Orçamento nos é apresentado. Porque em vez de reformista, audaz e humanista, é claramente um documento eleitoralista.-----

Numa ânsia de mostrar obra, quando na realidade não estamos a falar de nada mais do que devolver a Almada muita da qualidade de vida que as opções erradas da actual maioria lhe retirou, a maioria apresenta um Orçamento irrealista e populista.-----

Exemplo disso é a forma abrupta como, de repente se faz disparar as despesas de Investimento inscritas para 2009 (com um aumento de 83,37%), à custa de uma subida da venda de Bens de Investimento que de 2008 para 2009 sobe de 10 mil € para mais de 24 milhões de €. Este aumento é feito à custa da alienação de património municipal, mais concretamente terrenos, que foram autorizados nesta Assembleia num cenário macroeconómico diferente, onde não se sabia ainda o nível da gravidade da actual crise e que terá naturais reflexos na capacidade de encontrar o preço justo pelos mesmos, e logo, nas condições de concretização das Opções do Plano.-----

Mas o que vemos é que para a actual maioria, isso não importa, e como há um calendário eleitoral para cumprir, entre os interesses de Almada e os interesses do partido, serão os últimos a prevalecer.-----

E se Ninguém duvida da necessidade da construção de parques de estacionamento, já é, no mínimo, difícil explicar o porquê desta corrida desenfreada, a não ser pelo facto de ter que se corrigir a incompetência e o erro feito de quem há 6 anos que andava a iludir os Almadenses ao querer sacudir as responsabilidades que em nenhum momento foram de outros que não as da própria Autarquia.-----

Uma incompetência que agora, fruto da urgência e de um modelo de gestão dos futuros parques que ainda ninguém percebeu qual vai ser, vão custar ao erário público mais de 13 milhões de euros em 2009 e mais 7,5 milhões de euros em 2010, a avaliar pelo Plano Plurianual de Investimentos.-----

Mas não há que estranhar, porque se tivermos memória, esta tem sido a atitude, a forma de estar e a prática da actual maioria.-----

Antes de Almada e dos interesses dos Almadenses estão os interesses partidários. Exemplo claro desta forma de estar foi o que se passou antes das eleições de 2005, onde a actual maioria, de forma puramente táctica e usando esta Assembleia com profunda má fé, obrigou



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a parar e atrasar a 1ª fase da construção do MST apenas para que esta não colidisse com o período eleitoral.-----

Em suma, este documento mostra isso mesmo... Em vez de preparar o Futuro de Almada, a maioria prefere preparar o próximo acto eleitoral.-----

Entre ajudar a população a aumentar os seus níveis de bem-estar e de qualidade de vida, opta-se por tentar assegurar um aumento no «score» eleitoral.-----

E esta situação é fundamental que seja entendida por todos os Almadenses, de modo a que sejam todos desafiados a participar de forma muito mais clara, muito mais activa, muito mais reivindicativa, em tudo o que diga respeito À nossa Terra.-----

Porque sabemos que a actual maioria foi eleita por uma clara minoria de Almadenses, porque muitos não têm respondido a este desafio.-----

Mas no momento em que vemos subir os níveis de descontentamento em relação à actual maioria, em que sentimos os Almadenses desconsolados com os problemas que enfrentam a sua vivência nesta Terra, não podemos deixar de apelar a todos para participarem neste Novo Tempo que se vai Viver em Almada.-----

Por forma a que a maioria silenciosa se erga na construção de um Projecto Autárquico muito mais próximo dos cidadãos, que respeite muito mais a pluralidade de visões e de opiniões sobre os caminhos a seguir, que seja capaz de rasgar a ideia de interesses instalados e que crie uma nova fase de governação onde se construa um novo conceito de cidade, um novo conceito de actividade económica e um novo conceito de inclusão social.-----

Sobretudo onde se construa o Dia de Amanhã ao Lado das Populações e pensando sempre no futuro das próximas Gerações de Almadenses, e nunca mais se volte a pensar apenas no resultado dos próximos actos eleitorais.-----

Porque como temos visto por aí dito, realmente É Tempo de Mudar. E vamos começar desde já, Mudando a actual Gestão Autárquica em Almada!"-----

6.2.2.18 - A Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Estamos hoje a discutir em Assembleia Municipal a proposta de Plano Orçamento do Serviços Municipalizados de Água e Saneamento um documento corresponde à continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, e que, simultaneamente, assegura o cumprimento de todos os compromissos assumidos para o mandato 2005/2009.- De facto, o plano de trabalho aqui apresentado, e já aprovado em Sessão de Câmara, caracteriza-se por completar um mandato, concluindo uma etapa ainda mais ampla do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

projecto de governação local de Almada: a “Década do Desenvolvimento Sustentável e Solidário”.

As seis linhas estratégicas definidas como pilares de acção dos SMAS:

- Renovar continuamente as origens de água e cuidar das existentes;
- Optimizar o grau de operacionalidade do sistema de adução, armazenamento e distribuição de água;
- Garantir a qualidade da água fornecida;
- Alcançar a cobertura integral do Concelho pelo sistema de drenagem de águas residuais e alargar a capacidade de resposta do sistema de drenagem de águas pluviais;
- Gerir o sistema de tratamento de águas residuais;
- Prosseguir uma gestão pública, solidária, eficiente e transparente.

São as principais linhas de trabalho que dão corpo à concretização de um compromisso, num ciclo que se encerra em 2009, e que entretanto colocaram Almada no que diz respeito a atendimento, saneamento e tratamento de águas, em níveis que se enquadram nos mais elevados padrões nacionais e internacionais.

Num contexto mundial em que, e de acordo com as Nações Unidas, um terço da população mundial tem falta de água, prevendo-se que este número venha a duplicar nos próximos 30 anos, a realidade de Almada é fruto da materialização de uma estratégia profunda, consubstanciada em investimentos sucessivos ao longo dos vários anos, adequando constantemente o Sistema Municipal de Água e Saneamento à evolução do Concelho de Almada, num processo contínuo de melhoria assente em conceitos de serviço à comunidade, de sustentabilidade económica e social, e de defesa da gestão pública, sempre ao serviço da população.

Mas esta proposta não representa apenas o encerramento de um ciclo num patamar elevado, este é também um patamar que estabelece uma ponte para o futuro. Num quadro de contexto económico e social, nacional e internacional, de grande debilidade, reafirma-se em Almada a capacidade de gestão pública, eficiente e de qualidade desse bem precioso que é água. Porque as questões da água, em Almada, são uma prioridade política, o que se reflecte nas decisões unânimes da CMA e AMA em aderir a projectos de âmbito regional, nomeadamente à AIA — Associação Intermunicipal de Água e ao Observatório da Água para a Região de Setúbal. Estas estruturas são essenciais para o futuro abastecimento de água às populações dos vários Municípios da Península de Setúbal, numa perspectiva de gestão integrada, pública e de preservação do Aquífero.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Conforme é referido na introdução do documento do Plano de Actividade e Orçamento em análise, esta proposta é ainda bastante marcada pelas 3 candidaturas que o Município apresentou ao QREN para esta área de intervenção. Perspectiva-se até 2013 um investimento de cerca de 40 milhões de euros. Para 2009, o presente Orçamento compromete-se já com 6,8 milhões de euros, no âmbito de projectos candidatos ao QREN, dos quais cerca de dois milhões serão investimento próprio deste Município. Estas candidaturas surgem num quadro de investimento programado, com o intuito de dar resposta aos objectivos de evolução do sistema municipal e ao desenvolvimento urbanístico que se perspectiva para o Concelho. Neste âmbito, importa sublinhar a remodelação de todas as infra-estruturas na área de intervenção do Projecto Polis da Costa da Caparica.-----
No contexto da realidade de Almada a proposta, hoje em apreciação, assume-se como um pilar estruturante do desenvolvimento do nosso Concelho, assegurando em pleno as actividades até agora delineadas, defendendo a qualidade de vida da população, e simultaneamente projectando e acautelando o futuro, assumindo a defesa desse recurso fundamental à vida que é a água."-----

6.2.2.19 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Depois de ouvirmos as diferentes intervenções, das diferentes bancadas esta noite, e se não nos entrasse pela porta dentro todos os dias os debates na Assembleia da República, para já não falar daquilo que são os nossos problemas quotidianos com o custo de vida, com o desemprego, com as questões de segurança, poderíamos ficar confundidos, mas como acompanhamos o debate, percebemos que de facto há aqui um apontar do dedo quando se está no Poder Local, em relação à Câmara Municipal e às Autarquias Locais que tudo têm que fazer e tudo podem fazer, mas quando se ouve os debates na Assembleia da República, o que se percebe são as acusações recíprocas entre quem foi Governo ou é Governo ou pretende vir a ser Governo. De facto os grandes problemas do nosso País passam pelos Governos que temos tido ao longo dos anos neste País, com alternância que se tem sucedido sucessivamente. Nós verificamos que os problemas do desempenho, os problemas da economia, os problemas sociais, não são fruto da intervenção do Poder Local Democrático, pelo contrário o Poder Local Democrático tem construído no País aquilo que de facto as populações sentem e apreciam e socorrendo as populações porque as populações estão próximas do Poder Local, porque é junto dos Autarcas Locais que encontram eco, que encontram ajuda, que encontram apoio para os seus problemas e não em Governos distantes que se encontram no Terreiro do Paço. O que acontece de positivo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

na vida das populações em todo o nosso País deve-se muito ao Poder Local Democrático que tem construído um País diferente nas aldeias, nas cidades e nas vilas de Portugal. Mal seria se os Governos da República com todos os recursos que são do País não fizessem nada nos diferentes territórios nacionais, fazem seguramente e muitas vezes pouco aquilo que é a sua obrigação, porque os descontos de todos os portugueses vão para as receitas nacionais, para o Ministério das Finanças e naturalmente com esses recursos compete ao Governo resolver os problemas da sua competência um pouco por todo o País. Ou nós não temos um Governo, um Estado centralizado, altamente centralizado como não existe em nenhum outro País da Europa? Temo-lo, então o Governo centralizado serve só para decidir? ou o Governo centralizado e centralizador também tem que responder aos problemas de Trás-os-Montes, do Algarve, das Beiras ou da Área Metropolitana de Lisboa ou do Porto? Tem que os resolver, tem que os assumir e tem que assumir com os recursos que são de todos os portugueses, porque os recursos que vêm também de Bruxelas também são de todos os portugueses. E quando o Governo da República, seja ele qual for, investe no País aquilo que são recursos vindos de Bruxelas não está a fazer mais do que a sua obrigação. Faria melhor se os repartisse, se cumprisse o princípio da subsidiariedade e aproximasse mais a aplicação desses recursos dos problemas das populações. Por isso, não se pode de uma forma séria exigir aos Poderes Locais do País que é Portugal, deste nosso País que resolva os problemas do emprego, que resolva os problemas da economia, que resolva os problemas da falta de segurança, que resolva os problemas da saúde, que resolva os problemas da área social. São ajudas que o Poder Local dá para ajudar a que esses problemas sejam menores do que seriam se as populações não contassem com a sua ajuda. Mas quem tem a responsabilidade primeira no País são naturalmente os Governos da República, são esses Governos que querem manter o centralismo, querem manter o Estado e os partidos que os apoiam, querem manter o Estado centralizador que provocam todas estas injustiças e todos estes problemas sociais de que parece que nunca mais nos vemos livres. Nós o que temos para discutir é um Plano e um Orçamento para o nosso Município, no âmbito das competências municipais, mas estravazando muito aquilo que são as competências municipais para ajudar o Governo da República a tornar menos difícil o problema das famílias almadenses e das famílias portuguesas. A população sabe que a sua vida, o que encontra no quotidiano das suas vidas se deve muito à intervenção deste Poder Local que temos. O Governo lembrou-se no Verão, de tomar uma decisão administrativa relativamente ao apoio social escolar, tomou essa decisão não se preocupou



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

em saber se as autarquias deste País tinham ou não tinham condições financeiras para pôr em prática aquilo que foi uma decisão administrativa.-----

Não se preocupou em mandar o dinheiro para as Autarquias, para que as Autarquias pudessem levar às famílias, às crianças esses benefícios da sua decisão. Mas o que é que restou às Autarquias Locais? Avaliar os recursos que tinham em mãos e ponderar sim ou não aplicar aquela Lei administrativa. E no nosso caso em Almada nós decidimos aplicar e decidimos naturalmente aplicar à custa do erário municipal. E fizemo-lo porque há muitas e muitas crianças na nossa terra que a única refeição quente que comem diariamente é aquela que recebe na Escola do 1º Ciclo e no próprio Jardim-de-infância. E nós não regateamos, não hesitamos um único minuto para pôr em prática esta decisão. E temos outros exemplos que poderíamos aqui enunciar e que dizem bem do esforço municipal que está a ser feito para não deixar perder um único cêntimo daqueles que o Governo de vez em quando se lembra de atribuir de uma forma enviesada às famílias.-----

Eu quero-vos dizer que está aí o Programa PARES. Pois está, dinheiro do jogo, dinheiro disponibilizado do jogo e que está naturalmente a ser aplicado para as redes sociais. É importante que o seja, mas o que é verdade é que as regras de atribuição desse dinheiro são regras leoninas, é para dar para muito e portanto aquilo que é ilegível relativamente às candidaturas das instituições é uma parte muitíssimo insuficiente daquilo que é necessário para pôr os equipamentos de pé. Há uma parte substancial, uma parte desleal que fica de fora e vamos ver onde é que as instituições vão buscar esse dinheiro para poderem pôr de pé os equipamentos. Mas para poderem ter dinheiro do jogo atribuído aos seus projectos tem contado com vinte por cento do nosso apoio municipal, o dinheiro da nossa população, mas não é dinheiro do jogo, são os recursos municipais que temos que têm que ser desviados de outras responsabilidades e competências que nós temos para que não falte às nossas instituições pelo menos e num primeiro momento a aprovação da candidatura, mesmo sendo esse dinheiro absolutamente insuficiente para construir qualquer dos equipamentos que entretanto foi aprovado. Não é por acaso que se diz que as IPSS's de Almada têm o maior número de candidaturas aprovadas. É verdade, mas esse maior número de candidaturas aprovadas deve-se à iniciativa das nossas instituições, aos terrenos que o nosso Município atribui às instituições, ao dinheiro que lhes dá para poderem pôr de pé um projecto de arquitectura, mas também ao esforço municipal para a apresentação da candidatura, porque se o Município não declarasse que ajuda em vinte por cento daquilo que é necessário para a apresentação e depois a decisão sobre a candidatura nenhuma tinha sido aprovada. E portanto isto é muito importante de uma forma séria ser dita aqui,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

porque nós temos um trabalho no nosso Concelho que é um trabalho de longa data, um trabalho articulado, um trabalho integrado, um trabalho que é com todos, dá muito trabalho. Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^{as} e Srs. Munícipes dá com certeza, porque é preciso uma permanência no terreno em diálogo com as instituições, a acompanhar os seus projectos e o seu trabalho. Mas vale a pena porque a sociedade civil no nosso Concelho tem dado provas de que muito e muito é possível fazer quando se conta com as pessoas e quando não se descartam com as instituições e as pessoas e há muitas vezes decisões que são tomadas esperando que a nossa Autarquia descarte as instituições que durante muito tempo se disponibilizaram a trabalhar connosco numa rede social e construir aquilo que hoje muito nos orgulha deste território de solidariedade que somos.-----

Não foi o Município de Almada, não foi a Câmara Municipal só com os seus dinheiros e com a sua vontade e com as suas iniciativas a construir o território solidário que nós temos. Não foi não senhor, mas foi em permanência, diariamente, ombro a ombro, lado a lado não negando nunca a pequena ajuda para não deixar morrer nenhuma vontade, nenhuma iniciativa, nenhum projecto.-----

Por vezes os Projectos demoram muitos anos a fazer, a pôr de pé porque só contam com os recursos municipais. Ainda hoje estive numa instituição que teve muitas promessas para pôr de pé um equipamento de infância, pois é, mas depois faltou o dinheiro para pagar aos empreiteiros, para pagar a quem forneceu equipamento e não fora a sua Câmara Municipal no momento da aflição e isto não é propaganda eleitoral, isto é estar lá, conhecer, sentir, perceber a importância e ajudar, nós estamos nesta casa do Movimento Associativo, esta casa do Movimento Associativo teve muitas promessas de ajudar, até estiveram aqui governantes a assinarem papeis, a prometerem no tempo do barraco a prometerem ajuda para pôr de pé esta Colectividade. Pois bem, mas tudo isso faltou, quem não faltou? A sua Câmara Municipal, sim o Poder Local em Almada não falta em nenhuma instituição, não falta na Junta de Freguesia, não falta nos Bombeiros, não falta nas Colectividades, não falta nas Escolas, não falta nas Instituições de Solidariedade Social seja os deficientes, os imigrantes, as pessoas à espera de ajuda em todo o lado do nosso Município está, e quando não nos pedem somos nós que vamos perguntar, vocês não precisam de nós? Vocês têm tantas dificuldades nós podemos dar a ajuda que nos for possível e daremos porque o vosso trabalho é um trabalho extraordinário, é um trabalho que não tem preço nem tem limites. Portanto meus queridos amigos, é assim que se constrói Almada solidária que nós estamos a construir.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Visão e ambição seguramente, mas nunca esquecendo os problemas das pessoas, nunca esquecendo os pobres, nunca esquecendo os desfavorecidos, mas é preciso visão e ambição porque naturalmente Almada é constituída por todos, aqueles que têm mais, aqueles que têm menos, aqueles que têm assim assim e aqueles que têm coisa nenhuma. E o Poder Local é o Poder Local de todos e quando nós ouvimos fazer referência por exemplo ao Metro Sul do Tejo e ao Governo que no Orçamento enfim põe lá uns tostões, com certeza é significativo mas não é o suficiente para o Polis da Caparica. Nós dizemos o Polis da Caparica tem quarenta por cento de investimento Municipal e sessenta por cento de Orçamento de Estado. Portanto é assim que se deve ler o investimento que está a ser feito na Costa de Caparica e foi uma iniciativa Municipal, ninguém veio oferecer a este Município um Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Costa de Caparica, foi muito bom que ao fim de muitos anos dezenas de anos nós tivéssemos depois de uma trapalhada que foi a Costagest que ainda nem sequer foi revogada a Lei que criou a Costagest, depois dessa trapalhada se tivesse conseguido chegar à CostaPolis e ao Plano de Desenvolvimento estratégico, mas aqueles que cá estão e que cá estavam enquanto Autarcas sabem muito bem que foi uma iniciativa da Câmara proposta à Assembleia Municipal a proposta do Pacto que por sua vez a aprovou nas antigas instalações do Jardim Urbano nas Matas de Santo António na Costa de Caparica. Quem tem memória sabe que isto é verdade e também sabe que a Sociedade CostaPolis tem quarenta por cento de Capitais Sociais da nossa Câmara, do nosso Município e sessenta por cento do Governo. Pois, mas o que lá está do Orçamento de Estado é a parte do Governo, porque a nossa parte tem ido.----- Agora em relação ao Metro Sul do Tejo e o investimento que está feito, não é só para os Almadenses, muita gente acha que o Metro é só para nós, é só para os Almadenses, não é. O Metro é um projecto regional, o Metro é um projecto para a Área Metropolitana de Lisboa, nem só para a Península de Setúbal. E tinham razão os Autarcas e tínhamos razão nós, aqueles que estivemos na primeira linha levando a bandeira do nosso Partido, defendendo este projecto. Tivemos nós razão quando dissemos que era preciso levar até mais longe o Arco Ribeirinho, veja-se e ainda bem que assim é. Nós defendíamos Chelas/Barreiro, nós defendíamos a Ponte Chelas/Barreiro, não defendíamos Algés/Trafaria nem Sacavém/Montijo; Chelas/Barreiro a primeira prioridade a nível de atravessamentos na Área Metropolitana de Lisboa conjugada com o Metro. Ora bem, aí está agora Chelas/Barreiro decisão e é preciso levar o Metro para fazer a articulação com a Ponte Chelas/Barreiro.----- Isto é ficção ou é visão? Ou é pensar nas pessoas e pensar naqueles que ainda hoje todos os dias fazem viagens de duas horas para irem da Universidade até ao Barreiro ou virem do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Barreiro até à Universidade percorrendo cinco modos de transporte diferente, ainda hoje no século XXI. A nossa proposta foi porque tivemos assim um sonho durante a noite, sonhámos com isto e no dia seguinte viemos propor, não é porque nós estamos ligados à vida, estamos ligados às populações, estamos ligados aos problemas daqueles que naturalmente têm que os vencer quotidianamente e viver uma triste vida com a sua falta de recursos e a sua falta de outras condições para ter uma vida diferente. Alguém se esquece da Manathan de Cacilhas, alguém se esquece da Margueira, da Manathan de Cacilhas, vêm-nos dizer a nós: não isso não foram nada vocês, então o Governo. É fantástico não é? Naturalmente nós nunca deixámos de dizer com quem fazemos, nós dizemos: a ideia foi nossa, foi sim senhor, foi nossa o Metro, foi nossa o Polis e foi nosso o Almada Nascente Cidade da Água, foi nossa. Mas é muito bom que depois tenhamos o Governo da República seja ele qual for a trabalhar connosco, porque nós dizemos, nós exigimos com firmeza e trabalhamos com lealdade e dizemos, naturalmente que o documento que está na mão dos Srs. Deputados e das Sr.^{as} Deputadas Municipais, é um documento do nosso Município que tem que dizer aquilo que nós fazemos. Nós não somos Governo da República, os Srs. têm um grande problema, é que têm que aqui ser a voz do Governo, isto é um problema muito sério, quando uns estão no Governo têm que ser aqui a voz do Governo, quando o outro está também tem que ser a voz do Governo. Não vos cobijo a dificuldade e o problema que é assumir uma posição destas, mas é de facto muito incómodo e seguramente que perante a população que nos ouve deve ser bastante difícil de compreender este jogo permanente. Mas de facto meus queridos amigos é isto que se passa, os projectos estratégicos, os projectos de geração, os projectos de grande alcance tem sido o Poder Local Democrático em Almada a colocá-los na ordem do dia e a lutar por eles, e são de facto anos e anos de luta, e vamos continuar a lutar por exemplo contra o Terminal de Contentores. Que eu ainda hoje li outro papel onde lá está escrito que o que é preciso é pôr o Comboio até aqui à Trafaria para que o Terminal de Contentores possa ser possível. Portanto, se nós não lutarmos, se nós não rejeitarmos aquilo que nos querem impor, seja qual for o Governo, um dia está, e um dia está e depois as lágrimas de crocodilo não resolvem nada, nem a população se governa com isso mesmo.-----

E gostava de dizer, quando nós falamos de habitação social se nós formos ver de quem é que é a responsabilidade da política de habitação social neste País, então não é o Governo da República? Então isto é uma competência das Autarquias Locais? Nunca foi nem é, as Autarquias Locais têm ajudado os Governos a resolver ou tentar resolver um problema que é exclusivamente seu, e sem ter uma compensação para poder cobrar as rendas apoiadas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

como devia ter, e no entanto nós vamos ver o nosso Orçamento e encontramos que na parte da receita a verba que nós temos prevista não é a que vamos receber normalmente nunca se recebem as receitas orçamentadas porque há muitas dívidas, como sabemos, por várias razões nos Bairros Sociais. Mas dizer-vos apenas que nós temos previsto uma receita de seiscentos e quarenta milhões de euros e temos uma despesa de oitocentos e trinta e nove milhões de euros em obras nos Bairros Sociais. E por aqui poderíamos continua, e continuar e continuar, eu queria dizer que o Plano Director vai naturalmente ter o seu processo de desenvolvimento, que o Relatório está aprovado, se calhar haveria quem não gostasse mas está, está aprovado, está feito, está aprovado. Foi preciso tirar pedrinhas do sapato, mas está feito, está aprovado, estará no site da Câmara, não sei se já está, mas se não estiver estará nestes próximos dias, e estará publicado em jornais e portanto vai ser um processo irreversível.-----

Dizer que em relação aos trabalhadores nós gostamos de boas lições mas não gostamos daquelas que não precisamos, em relação aos trabalhadores do Município, eu queria dizer que nós estamos perfeitamente tranquilos, fizemos o máximo dos máximos que poderíamos ter feito: reclassificações, concursos, Mapa de Pessoal absolutamente inquestionável. Naturalmente que o Mapa que aqui está é o Mapa que a própria DGAL disse aos Municípios, às Freguesias, a toda a gente que tinha que ser utilizado. É evidente que é preciso ter nas carreiras o número de lugares para os cargos de Direcção e Chefia porque quando as pessoas deixarem de ser. Há muita coisa para explicar, isto não é linear, isto não é o jogo dos números, não é o malabarismo dos números, mas quem está num cargo de Direcção e Chefia para regressar ao seu lugar de carreira tem que lá ter o lugar e portanto são estas coisas que naturalmente quem faz a leitura não consegue entender, porque é preciso ler a Lei e é preciso dominá-la para melhor se perceber o porquê das coisas.-----

Eu queria deixar-vos muito tranquilos relativamente à elaboração do nosso Orçamento e do nosso Plano. E dizer-vos isto porque nós temos uma gestão avançada de facto, porque poderíamos chegar ao dia de fazer o Plano e o Orçamento e não termos naturalmente acautelado as condições para podermos construir a receita quando precisávamos de ter uma despesa porque está a factura, porque no dia dois de Janeiro já está a facturar e tem que ser paga porque nós estamos em velocidade de cruzeiro relativamente a múltiplas obras e a velocidade de cruzeiro não é porque estivéssemos à espera do final de dois mil e oito ou meio de dois mil e oito para avançar, é porque nós tivemos a promessa de que o Ministério da Educação ia dar e finalmente considerar o 1º Ciclo para a aplicação do QREN. A promessa, finalmente um Governo reconheceu que tinha sido uma grande injustiça não ter



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

considerado o 1º Ciclo para co-financiar pelo QREN, iria agora por Fundos Comunitários iria agora acontecer. isso foi anunciado, nós avançamos, neste mandato são nove Escolas, todas elas com Jardim de Infância, o que é que nós temos? Nós temos para uma Escola menos de trinta por cento do custo da Escola, e os Jardins-de-Infância competência municipal? Onde? O que está prometido aos Municípios não chega a trinta por cento do custo de um Jardim-de-Infância, é assim a solidariedade da Administração Central para a Local. E Sr.ª Deputada já lhe vou responder, aquilo que o Sr. Primeiro Ministro anunciou é para obras nas Escolas do Ensino Secundário, foi ele próprio que o disse na reunião com os Presidentes de Câmara do nosso Distrito. Os cento e tantos milhões de euros é para fazer obras nas Escolas do Ensino Secundário, ou seja, quer-se passar para as Autarquias Locais o 2º e o 3º Ciclo. Para essas não há dinheiro, como não sei se vai passar o 3º Ciclo aqui Del-Rei deixa lá resolver os problemas da casa, porque os outros os Municípios hão-de se amañhar como se têm amañhado até agora. E de facto é isso Sr.ª Deputada. é para isso que esse dinheiro vai ser aplicado e o Sr. Primeiro Ministro ali bem disse na reunião. Eu também fiquei muito contente quando ouvi na televisão dizer que havia cento e tal milhões para investimento nas Escolas, eu disse, olha já está a decisão tomada, o Sr. Primeiro Ministro e a Sr.ª Ministra sempre disseram que não seria por falta de dinheiro que as Câmaras Municipais não seriam ajudadas a construir novas Escolas na perspectiva da Escola de tempo inteiro, mas enganei-me, aquilo que o Sr. Primeiro Ministro disse é que não há nada para ninguém é só para o Ensino secundário. E portanto nós temos todas as Escolas e não são ilusões, porque se sair daqui e entrar ali em São João na Costa de Caparica, já lá está a obra, como está no Pragal, como está em Vale Figueira e só não está a da Trafaria, já está adjudicada, só não está a da Trafaria porque tivemos que andar às voltas com o problema do terreno e dos condicionantes e enfim lá conseguimos ultrapassar isso tudo, mas está adjudicada e vai ser uma realidade também aqui na Freguesia da Trafaria. Portanto conseguimos construir o Orçamento de receita, porque trouxemos em devido tempo à Assembleia Municipal a Proposta que nos permite incluir em receita exactamente a verba dos terrenos. Mas gostava de vos deixar tranquilos porque se os terrenos não se venderem, o pacote de investimento que está aqui Srs. Deputados Municipais está garantido da mesma maneira. Nós não somos levianos, já demos provas à população do nosso Concelho que aquilo que prometemos fazemos, que não vendemos ilusões e que aquilo que são os nossos compromissos com a população, com os fornecedores, com os empreiteiros, são compromissos muito sérios sempre e sempre para cumprir. Os terrenos também não os vamos vender a preço de pataco, também estará



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

devidamente acautelado o interesse público, não tenham dúvidas, Nós analisamos as verbas que resultarem das propostas que nos venham a ser apresentadas, e não tenham dúvidas que não adjudicaremos se entendermos que os valores não correspondem àquilo que é o verdadeiro valor (real) do património do Povo de Almada. Mas temos alternativas, estejam descansados que temos alternativas. E o Povo de Almada vai perceber mais uma vez e continuará a perceber que é na CDU que encontra os seus verdadeiros representantes, aqueles que no passado lutaram quando se lutou também contra o fascismo, mas também que lutam contra todas as adversidades para construir uma realidade nova no nosso País e no nosso Município. Há mais de trinta anos que a população de Almada nos tem dado a sua confiança. Não é por acaso, não tenham ilusões, porque a obra está à vista, porque nos conhecem, sabem quem somos e sabem que a vida que nós construímos em cada dia é com eles, como ficou provado com a intervenção do Sr. Vereador José Gonçalves, no debate sobre a Mobilidade. Um Plano e Mobilidade não é uma coisa muito linda que se faz e depois há-de resultar. Um Plano de Mobilidade é um trabalho muito sério tecnicamente, mas depois é preciso pô-lo em prática e para o pôr em prática é preciso trabalho, sacrifício, dedicação, disponibilidade para a crítica, para o debate, para dar atenção a toda a gente e foi isso que o Sr. Vereador José Gonçalves enquanto responsável pela implementação do Plano de Mobilidade fez em cada dia, em cada hora, em cada minuto. Esta é a nossa forma de estar no Poder Local, esta é a nossa diferença em relação àqueles que nos apontam o dedo."-----

6.2.2.20 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----
Dado o avançado da hora eu não vou deter-me muito, mas acho que devo esclarecer a Sr.^a Presidente qual é a base da minha informação. Eu não tenho informação privilegiada do Governo, portanto limitei-me a consultar as notícias que vêm no SAPO e dizia: "Câmaras recebem milhões para Escolas. O Governo desbloqueou cento e cinco a cento e cinquenta milhões de euros para ajudar os Municípios a avançar com a construção de Centros Escolares até ao final de 2009. Os Centros Escolares não são as Escolas Secundárias e assegura que as Câmaras podem contrair empréstimos para aquelas obras mesmo ultrapassando os limites do endividamento". Felizmente não é o caso de Almada.-----
As medidas já foram aprovadas em Conselho de Ministros e o dinheiro deve começar a chegar às Câmaras nos próximos dias sem que exista qualquer entrave burocrático, garantiu ao "DN" o Ministro do Ambiente responsável governamental pela gestão do Quadro de Referência Estratégico Nacional. Esta é a fonte da minha informação e eu queria partilha-



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

la com esta Assembleia porque penso que é legítimo eu esclarecer qual é a fonte da minha intervenção."-----

- 6.2.2.21 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:-----
"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----
Uma intervenção final da CDU em apreciação dos documentos que nos foram apresentados. Um comentário prévio, nós supúnhamos saber que este ponto da Ordem de Trabalhos é sobre as Opções do Plano e Orçamento para 2009, e depois passaram-se ao longo da noite coisas estranhíssimas, assistimos a longas intervenções a defender o Governo, a fazer campanha eleitoral para as legislativas, campanha eleitoral para as autárquicas. Se, se tivessem centrado neste Plano de Actividades certamente teríamos algo a contrapor, assim pedimos desculpa se defraudamos as expectativas, mas vamos centrarmo-nos não em discursos eleitoralistas, mas numa intervenção calma sem berro, sem foguetório, sobre o ponto da Ordem de Trabalhos.-----
Opções do Plano e Orçamento 2009 (CMA e SMAS).-----
É com legítimo orgulho e forte convicção que aprovaremos as Opções dos Planos e Orçamentos para 2009.-----
Supor-se-ia desnecessário, mas afinal não é, começar por sublinhar que estamos a analisar Opções de Plano e Orçamentos de um Município e não do País, de uma Autarquia e não do Governo Central.-----
De um Poder Autárquico à beira de trinta e cinco anos consecutivos, desde Abril.-----
No limiar do cumprimento de dez anos de desenvolvimento sustentável e solidário na primeira década do milénio.-----
Com opções políticas do mandato, assumidas perante os cidadãos e por eles sufragadas.---
Com programa eleitoral de mandato cumprido ou com garantias de cumprimento e em muitos aspectos superado.-----
São palavras-chave deste inequívoco sucesso: o compromisso, a ambição, a qualidade, o rigor, a estratégia, a sustentabilidade, a solidariedade, a participação, a discriminação positiva, a justiça social, o serviço público, a transparência, a honestidade.-----
Existe uma visão integrada do Concelho e do seu desenvolvimento futuro, uma preocupação de sempre pela melhoria das condições de vida dos Munícipes.-----
Garantia de projectos, planos e acções sempre cumpridos e sempre sufragados.-----
Estamos perante Opções do Plano 2009, último ano de mandato, com a garantia de cumprimento de novos projectos e linhas de orientação, apontando um futuro que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

transcende em termos temporais este ano aqui hoje em análise. E sem qualquer vestígio de eleitoralismo.-----

As Opções do Plano para 2009 revelam uma ambição lucidamente equilibrada pela ponderação das capacidades e limitações em presença.-----

Perspectiva-se a continuidade de desenvolvimento de grandes projectos estruturantes para o Concelho e de dimensão e interesse regional ou nacional, como o MST, o Polis e Almada Nascente.-----

Em fases diversas de desenvolvimento e concretização constituem exemplares pelo envolvimento, intervenção directa, visão estratégica, persistência, diálogo, e luta, ao longo de vários mandatos, com avanços por vezes difíceis mas progressivamente vitoriosos, polarizados a partir de iniciativa da Câmara Municipal de Almada, que sempre foi o motor do processo e cumpriu cabalmente mais do que a parte que lhe compete.-----

O Plano aponta para a conclusão de projectos e obras em curso, prosseguimento de outros e abertura de novas pistas de desenvolvimento para além de 2009.-----

Trata-se de um Plano que mantém e aprofunda uma visão sistémica e integrada do Município, visando a concretização de um número impressionante de acções ao nível do planeamento do território, do desenvolvimento económico e social, da mobilidade, das políticas de ambiente, educação, cultura, desporto, juventude e acção social.-----

A coragem deste Plano e deste Orçamento merecem ainda maior realce se considerarmos o contexto em que se produzem. Crise acentuada e estrutural do País, agravada pelas condições internacionais, dificuldades económicas e financeiras que afectam muitos milhares de cidadãos em consequência de uma política governamental desastrosa, anti-socialista, anti-social que quotidianamente aprofunda o fosso entre ricos e pobres.-----

Um Plano que se confronta com redução da capacidade efectiva das Autarquias Locais:-----

- sem compensações ao nível das transferências do Estado;-----
- sem respeito pela regra da proporcionalidade, quer no Orçamento de Estado quer na Lei das Finanças Locais;-----
- sem integração em PIDDAC de verbas para investimentos da responsabilidade da Administração Central no Concelho;-----
- sem pagamento das dívidas do Governo ao Município.-----

Apesar disto e das justas preocupações inerentes à situação do País através de uma política de rigor, o Orçamento de Almada para 2009 mantém parte significativa da receita corrente para investimentos, a par da contenção de encargos correntes acentua a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

descentralização para as freguesias e assegura o cabal cumprimento das opções contidas no Plano.-----

Votaremos favoravelmente as Opções do Plano e Orçamento dos SMAS que garantem o pleno cumprimento dos objectivos estratégicos de desenvolvimento e concretização dos compromissos assumidos e acções programadas de manutenção de um sistema municipal de águas e de saneamento continuamente adequado às necessidades do Concelho que já hoje se encontra a par dos mais elevados padrões internacionais.-----

Porque revela saúde económica que significa sustentabilidade garantida para financiar os instrumentos necessários ao funcionamento dos serviços, ao cumprimento integral das opções contidas no Plano e o auto-financiamento relativo às candidaturas apresentadas ao QREN.-----

Apesar das crises internacional e nacional, do défice de intervenção do Estado e da persistente tentativa de retirar a água do quadro de um serviço público e de fornecimento de um bem que a todos pertence para a esfera do negócio e lucro privados, as Opções do Plano e o Orçamento para 2009 dão garantias de continuidade do desenvolvimento de um sistema municipal projectado não apenas para o presente, mas para a resposta às necessidades de gerações futuras.-----

Concluindo:-----

Pelo projecto corrente, socialmente justo e sustentado.-----

Pela garantia da continuidade de esforço e obra a pensar nas pessoas.-----

Pelo diálogo persistente e pelo incentivo e acolhimento à participação dos cidadãos.-----

Pela transparência, pela razão, pelo futuro.-----

E pela força da convicção e verdade com que tudo isto se cumpre e afirma.-----

Votaremos favoravelmente as Opções do Plano e o Orçamento da CMA e dos SMAS para 2009.-----

Terminamos, desejando aos Eleitos e aos Trabalhadores na Câmara e SMAS, e aos cidadãos e organizações que participam intervindo dos mais diversos modos na construção da vida do nosso Concelho os melhores votos de um Bom Ano 2009 e o prosseguimento do excelente trabalho que têm vindo a desenvolver."-----

6.2.2.17 - O Sr. Deputado Municipal Henrique Margarido:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

A proposta das Opções do Plano e Orçamento de 2009, não preconiza uma estratégia de Médio e Longo Prazo, mas sim uma Gestão em Ciclos Eleitorais, como se admitisse uma derrota eleitoral no próximo mandato.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Saudamos a preocupação da Administração Local que neste ano acompanha o Governo no esforço de aumento de investimento público, já que na Península de Setúbal, e em particular em Almada, são investimentos que o Governo promove para dinamização da economia e da coesão social e territorial, de que são exemplos o lançamento dos concursos para a construção da Terceira Travessia sobre o Tejo, o novo Aeroporto em Alcochete, a finalização do POLIS da Costa de Caparica, a Concessão do Baixo Tejo, que inclui o fecho da CRIPS. Nunca dissemos que apenas o Governo contribui nestas obras, parece que a Câmara sempre esquece que o Governo também participa.-----

No caso dos Patrimónios Habitacionais, os Bairros Sociais da Câmara Municipal, têm orçado 839 mil euros em Despesas de Capital, para a sua Reparação e Beneficiação. Saudamos o aumento de 93%, nesta rubrica.-----

Consideramos que estes montantes deviam ter sido uma preocupação ao longo do mandato e não apenas no último ano deste Executivo Camarário.-----

Saudamos também o investimento em bens de Capital e que sofrem um aumento de 84%, e que é uma medida há muito justamente reclamada pelos munícipes do nosso Concelho.-----

Salientamos o investimento em creches em 10 milhões e 600 mil €, obras de que sempre houve necessidade em Almada e de que a Câmara finalmente entendeu serem necessárias, e que corresponde a um aumento de 900%.-----

Mas, como foi referido no debate, vamos ver se é para realizar, já que a execução nestes domínios tem ficado sempre a meio caminho do planeado!-----

Para Prémios, Condecorações e Ofertas estão previstos 535 mil euros, o que corresponde a um aumento de 36%. Dir-me-á que se trata de divulgar o nome de Almada, mas tendo em conta as transferências previstas para as Freguesias, consideramos uma má utilização dos dinheiros públicos. Este montante corresponde a 25% das transferências em despesas correntes para as Freguesias, não esquecer que são 11, e que são Poder Local junto das Populações. Não me parece que exista Poder Local mais perto das populações que as Juntas de Freguesia.-----

Em contrapartida, e consequência, temos:-----

As transferências para as Freguesias são de 2 milhões e 121 mil euros, o que corresponde um acréscimo de apenas 2,5 % Este aumento é igual na verba referente às despesas de capital.-----

Apesar das divergências sobre a questão autárquica, o PS sempre tem concordado com o princípio praticado, quer em Almada, quer na maioria dos Concelhos da área Metropolitana de Lisboa, que consiste na descentralização de funções da Câmara para as Juntas de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Freguesia, com a respectiva contrapartida financeira transferida pelo Orçamento Camarário para o orçamento das Juntas de Freguesia.-----

No Orçamento da Câmara de 2008, enquanto se assiste a um crescimento natural nas despesas correntes com pessoal de 3,5 %, as Juntas de freguesia, apenas têm um reforço no seu orçamento de 2,5%. Quando todos sabemos a fatia significativa que as juntas tem em despesas com pessoal.-----

No Orçamento da Câmara de 2008, enquanto se assiste a um crescimento nas Despesas com Capital em 83,4%, as Juntas de freguesia, apenas têm um reforço no seu orçamento de 2,5%.-----

Será que não merecem mais!?-----

Será que as Juntas de Freguesia no Concelho de Almada, não são Poder Local?-----

Pretende assim a Câmara, que as freguesias façam cada vez mais, com cada vez menos?--

Observamos, entretanto que para a Formação do Pessoal estão orçamentados 113 mil euros, o que corresponde a um decréscimo a preços correntes de 7%.-----

Quando este tema foi abordado na 1ª comissão, fomos informados pelo técnico responsável, que tinha havido candidatura ao QREN, especificamente ao POPH, e que a candidatura tinha sido recusada, por não existir verbas disponíveis.-----

Se houve candidatura, verificou-se a necessidade da formação, não foi aprovada a candidatura, por se encontrar na região de Lisboa e Vale do Tejo e esta região não pertencer à prioridade 1. Mas se a formação era necessária, porque a rubrica não foi então reforçada?-----

O que referimos foi um decréscimo na rubrica.-----

Preocupamos estas atitudes e decisões do executivo CDU.-----

O Investimento nos Recursos Humanos, é um acréscimo para a melhoria dos serviços prestados aos Municípios, naturalmente esta verba tem como origem Planos de Formação menos ambiciosos, mas trata-se certamente de um desinvestimento em Formação Profissional que nos preocupa.-----

No nosso entender:-----

A Política de Qualidade do município devia assentar na Melhoria dos serviços prestados, junto dos municípios com as seguintes características:-----

- Assegurar que os serviços correspondam às necessidades e expectativas dos Municípios, nomeadamente quanto à qualidade e funcionalidade.-----

- Criar as condições prioritárias à optimização da satisfação dos Municípios.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Estimular a participação activa de todos os colaboradores na implementação da política estratégica para o concelho, para uma melhor eficiência dos recursos e uma máxima eficácia face aos objectivos.-----
- Assegurar a formação adequada para o desempenho das diferentes funções, necessárias ao correcto desempenho das mesmas.-----
- Estimular o trabalho solidário de equipa, com o objectivo de aproveitamento de sinergias das capacidades individuais.-----

Mas todos estes procedimentos de qualidade nos serviços prestados aos Municípios e utentes, com metas a atingirem de forma plurianual e com, metas intercalares e anuais.-----

Ora, nenhum destes objectivos transparece no Plano que hoje apreciamos.-----

Pelas razões apresentadas, a bancada do Partido Socialista irá votar contra as Opções do Plano e Orçamento de 2009."-----

6.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação das Propostas:-----

6.2.3.1 – A Proposta Nº. 87/IX, que foi aprovada por maioria (não votaram os Presidentes das Juntas de Freguesia da Costa de Caparica; Trafaria e Charneca de Caparica), com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda) e dezoito votos contra (de eleitos do PS, do PSD, e do BE), através das seguintes deliberações:-----

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova as Opções do Plano do Município para o ano de 2009, no teor constante da deliberação do Executivo Camarário de 28 de Novembro de 2008.-----

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova o Orçamento do Município para o ano de 2009, com o valor global de 111.897.298,25 Euros, no teor constante da deliberação do Executivo Camarário de 28 de Novembro de 2008.-----

Deliberação



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do nº 2, do artigo 3º, e nº 3 do artigo 5º, da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aprova o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2009, com um total de 1720 postos de trabalho sendo 168 a preencher, nos precisos termos da deliberação do Executivo Camarário de 28 de Novembro de 2008.-----

6.2.3.1 – A Proposta Nº. 88/IX, que foi aprovada por maioria (não votaram os Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: da Costa de Caparica; Trafaria e Charneca de Caparica), com vinte e quatro votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, e do BE), seis votos contra (de eleitos do PSD) e dez abstenções (de eleitos do PS), através das seguintes deliberações:-----

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova as Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS para o ano de 2009, no teor constante da deliberação do Executivo Camarário de 28 de Novembro de 2008.-----

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS para o ano de 2009, com o valor global de 28.645.730,00 Euros, no teor constante da deliberação do Executivo Camarário de 28 de Novembro de 2008.-----

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do nº 2, do artigo 3º, e nº 3 do artigo 5º, da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aprova o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS para 2009, com um total de 562 postos de trabalho sendo 37 a preencher, nos precisos termos da deliberação do Executivo Camarário de 28 de Novembro de 2008.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.3 - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 89/IX de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em Reunião Camarária de 17/12/2008, sobre a "Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal", (**Conforme ANEXO XXII**).-----

6.3.1 - Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, para apresentar a respectiva Proposta.-----

6.3.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente; Srs. Deputados Municipais;-----

Penso que a Proposta é simples, trata-se de um ajustamento aos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal. Eu pedia-vos o favor de na parte já resolutive, no ponto 2, no artigo 18º, onde se diz: passe a ler-se artigo 18º Receitas. Depois temos o ponto 1, 2, 3, 4 e não é ponto 3, é ponto 5. Agradecia que corrigissem. De resto penso que a Proposta é clara e escuso de estar a gastar o vosso tempo."-----

6.3.2 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta Nº 89/IX, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:-----

Deliberação

Os Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal estava conforme a Lei nº 11/2003, de 13 de Maio, que foi revogada com a entrada em vigor da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto. Importa assim proceder à conformação dos Estatutos à nova legislação e reafirmando a natureza da Associação como pessoa colectiva de direito público.-----

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 34º, nº 4 e 35º, nº 3 da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto e da alínea m), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro aprova a Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal - AMRS, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de Dezembro de 2008.-----

6.4 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

6.4.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Relativamente à interpretação da ordem do uso da palavra no debate das Propostas do Plano e Orçamento pedia a todos e não é para reiniciar qualquer discussão, pois teremos oportunamente tempo para o fazer, mas pedia a todos que considerassem o seguinte. Primeiro as competências da Conferência de Representantes, artigo 22º, do Regimento e por favor leiam o nº 2, do artigo 72 em que acolhe a regra da alternância no capítulo dos debates especiais. O que fiz e tenho feito integra-se no acordo dos Grupos para os debates normais e nas determinações do Regimento."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 7 – Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.-----
- 8 – O Presidente colocou à consideração da Assembleia a Minuta da Acta.-----
- 8.1 - Foi assim lida e aprovada a Minuta da Acta da presente reunião.-----
- 9 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro (Boletim Municipal da Câmara Municipal) e o Sr. Fernando Fitas (Noticias de Almada) e de vinte e nove Srs. Munícipes.-----
- 10 - Verificou-se a presença à Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores José Manuel Raposo Gonçalves; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Carlos Manuel Coelho Revés; António Pedro Roque da Visitação Oliveira; António Francisco Salgueiro.-----
- 11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H05 do dia 23 de Dezembro de 2008.-----
- 12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____